

# CAPÍTULO 1

## ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

Leoncio Camino  
Ana Raquel Rosas Torres

### INTRODUÇÃO

Pretendemos introduzir o leitor ao debate do que é a Psicologia Social a partir de uma perspectiva histórica. Nossa premissa é que as teorias científicas são perspectivas historicamente construídas a partir de alguns pressupostos básicos, em que se definem o campo de estudo e os métodos adequados a este campo. Uma história, nessa perspectiva, considera não só os avanços obtidos no desenvolvimento das pesquisas, mas, também, os contínuos debates e redefinições sobre a natureza do campo pesquisado e a adequação dos métodos propostos às características deste campo. Nesse sentido, pretendemos mostrar que a Psicologia Social não nasceu de um único projeto ou de uma única definição, nem vem se desenvolvendo de forma linear.

Assim, o objetivo deste capítulo não é narrar a história da Psicologia Social ou apresentar uma sucessão de teorias, seguindo uma ordem cronológica. O que pretendemos é desvendar os fios com os quais se tece a trama e a história da Psicologia Social. Nessa tarefa, é mais importante colocar em evidência as ideias subjacentes às diversas teorias, que descrever cada uma delas minuciosamente, porque é por meio dessas ideias subjacentes, ou axiomas, que poderemos acompanhar o desenvolvimento da Psicologia Social e melhor entender as relações existentes entre este desenvolvi-

mento e seu contexto sócio-histórico. Embora a descoberta científica possua sua própria lógica (Hobbsbam, 1982), mesmo assim essa lógica não é totalmente independente, como defendia o Positivismo, das dinâmicas do tecido social. Pelo contrário, faz parte dela. Assim, devemos levar em consideração que a Psicologia Social, como as outras ciências, faz parte da arena onde se desenvolvem os conflitos sociais e se propõem soluções que marcam a evolução da Sociedade (Camino, 2000).

Iniciamos este capítulo constatando, como acontece em quase todas as ciências, que é difícil determinar uma data da origem da psicologia social. Geralmente, tanto autores clássicos (Jones & Gerard, 1967) como contemporâneos (Oishi, Kesebir, & Sneyder, 2009) situam a origem da Psicologia Social no ano de 1908, por ocasião da edição dos dois primeiros manuais: *An Introduction to Social Psychology* de William McDougall (Psicólogo) e *Social Psychology: an outline and source book* de Edward Ross (Sociólogo). Mas outros autores citam como origem da Psicologia Social tanto os estudos teóricos sobre *Psychologie des foules* de Gustave Le Bon (1895), como os estudos experimentais de Norman Tripplet, em 1897, sobre os efeitos da competição em tarefas simples. Com não menos razão, Leyens (1979) observa que a obra clássica de Gabriel Tarde, *Les lois de l'imitation* de 1890, deve ser entendida como um texto de Psicologia Social. Remontando ainda mais no tempo, Allport (1985) chega a colocar Auguste Comte, o fundador da Sociologia, como fundador também da Psicologia Social, por ele ter aberto, em uma obra póstuma, a possibilidade de uma ciência positiva da moral, que estudaria as normas e costumes da sociedade e que se situaria no topo das ciências, acima mesmo da sociologia.

A dificuldade em precisar a origem da Psicologia Social deriva do fato de existirem, concomitantemente, diversos projetos de psicologia social. Assim, os autores tendem a indicar um ou outro fundador dessa disciplina, em função de sua própria perspectiva. O que podemos afirmar é que entre 1850 e 1930 estabelecem-se diversos debates, tanto sobre a natureza dos fenômenos sociais quanto sobre as formas de estudá-los. Nesses debates tenta-se delimitar as diferenças existentes entre filosofia, sociologia, psicologia individual e psicologia social. É evidente que essas distinções não se fazem com o espírito interdepartamental que nos caracteriza hoje. Elas se constituem em torno dos debates sobre os fundamentos das Ciências Humanas. Nesse sentido, partimos do pressuposto que a Psicologia Social não nasce de um único projeto ou de uma única definição, mas ela se desenvolve no embate entre as diversas perspectivas.

## 1.1 IDEIAS SUBJACENTES À CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

De fato, entre 1850 e 1920 surgiram diferentes projetos sobre o que deveria ser uma Psicologia Social, projetos que definiam tanto o campo de estudo desta nova ciência como sua metodologia. Portanto, esse período deve ser considerado como um momento privilegiado em que se deu o confronto de diversas formas de entender a Psicologia Social, e que continua até nossos dias. Para entender a existência dessa diversidade de propostas, devemos analisar as ideias e os pressupostos que se encontram subjacentes a elas. Por tratar-se de ideias subjacentes às teorias sobre o ser

humano, elas expressam, de alguma maneira, posicionamentos sobre dilemas ou situações polares próprias do ser humano. Assim, em seguida, faremos uma breve análise de como se desenvolvem essas ideias a partir das origens do pensamento moderno.

### 1.1.1 A RAZÃO E A MODERNIDADE

Embora a natureza e o alcance do conhecimento humano sejam uma preocupação constante no mundo ocidental desde a filosofia grega, precisamente no limiar do mundo moderno se colocará, de maneira aguda, o problema do alcance real do conhecimento humano. De fato, o século XVI constitui um período de grandes descobrimentos e de forte expansão geográfica que, com as revoluções na astronomia (Nicolau Copérnico e Johannes Kepler) e na física (Isaac Newton), trouxeram uma nova representação do homem e da natureza.

Nesse período, René Descartes (1637/1996; França, 1596, Suécia, 1650), filósofo francês, se propõe fundamentar o saber a partir da metafísica. Mas como fundamentar esta última? Para isso, ele afirma que se devem descartar todos os princípios ou crenças que não sejam por si evidentes, por meio do processo da Dúvida Sistemática. Desse processo emergirá um enunciado “*cogito ergo sum*” (penso, logo existo) que não é dubitável porque seria a condição da própria dúvida. Só o ato de pensar, quando realizado, é indubitável, porque quem efetua um ato de consciência, mesmo que este ato seja duvidar, “sabe” que ele é o sujeito deste ato, pois é impossível realizar um ato de consciência sem ter consciência de ser sujeito do ato.<sup>1</sup>

Nesse sentido, é com Descartes que se começa a entender por razão o conhecimento natural, em oposição ao conhecimento revelado que é objeto da fé, e não da razão. Se, por um lado, Descartes mostrou novas formas de relação entre a razão e a revelação, por outro lado continuou a ser devedor do pensamento medieval, na medida em que descrevia a natureza do sujeito pensante como constituída pela união da alma (mente) e do corpo. Essa dualidade terminará por se refletir no próprio pensamento de Descartes. Assim, temos que para Descartes, o empirista, a mente só pode conhecer por meio do corpo. Mas como superar as limitações que essa dicotomia trazia ao conhecimento? Como conhecer o não sensível por meio dos sentidos? Descartes, o idealista, introduzirá para tanto a noção de ideias inatas. Segundo essa concepção, nós nasceríamos já com ideias apropriadas para pensar sobre fenômenos suprassensíveis como deus, alma, imortalidade etc. É evidente que esta concepção ambígua abre uma grande polêmica em tomo da verdadeira natureza do conhecimento humano.<sup>2</sup>

1 Descartes pode ser considerado o precursor da Psicologia Moderna pelo fato de ter desenvolvido uma “Filosofia da Consciência”. De fato, a descoberta da força fundadora do cogito pode ser considerada como a semente do futuro interesse pelos estudos da consciência, primeiro objeto de estudo da psicologia germânica.

2 O debate sobre a natureza do conhecimento humano, que se desenvolverá principalmente entre Hume e Kant, no século XVIII, se constituirá a base dos grandes sistemas teóricos na psicologia moderna, pois os conceitos lançados neste debate conteriam, em sua forma germinal, não só ideias implícitas sobre a natureza do aparelho psíquico, mas particularmente reflexões epistemológicas e metodológicas sobre as formas do pensamento que possibilitariam a compreensão dos fenômenos humanos (Lana, 1969).

### 1.1.2 O DEBATE ENTRE O EMPIRISMO (HUME) E O IDEALISMO (KANT)

Como a razão se relaciona com a realidade? O que é a verdade? As tentativas de resposta virão de duas formas de entender a razão: o empirismo anglo-saxão e o idealismo alemão. Essas duas perspectivas vão se opor nesse período, particularmente por meio das figuras de David Hume (Escócia, 1711-1776) e de Immanuel Kant (Prússia, 1724-1804).

Por um lado, Hume (1760/1961) considera que a experiência humana inicial é a sensação e que é a partir dela que o indivíduo deriva as ideias que a representam. O fluxo do pensamento, ou raciocínio, se processa por associação de ideias (as quais estão ancoradas na sensação). A associação seria a força que faz com que as diferentes ideias se liguem entre si formando um raciocínio (proposição).<sup>3</sup> Uma vez que as ideias se sucedem rapidamente umas às outras na experiência do indivíduo, cria-se a necessidade de estabelecer a base dessa conexão. Hume propôs três princípios de associação: a semelhança, a contiguidade e a relação causa-efeito. Tanto na semelhança quanto na contiguidade, a presença de elementos comuns às duas ideias faz com que uma das ideias lembre a outra. Já a relação causa-efeito implica no fato de que um evento (efeito) segue outro (causa) de forma contígua no espaço e no tempo. Assim, pela conjunção constante entre evento e efeito pode-se deduzir que o evento que precede é a causa do efeito.

Por outro lado, Kant, opondo-se ao empirismo de Hume, reafirma a existência de um sujeito mental cujas atividades não poderiam ser reduzidas a processos sensoriais.<sup>4</sup> Assim, Kant, em seu clássico trabalho *Crítica da Razão Pura* (1781/1981), aponta alguns elementos que são independentes da experiência e dos quais a própria experiência dependeria, a saber: as formas da sensibilidade (tempo e espaço), as categorias da compreensão (causa e efeito, substância etc.) e as ideias da razão (liberdade, Deus etc.). Assim, para Kant, o sujeito do conhecimento não é um sujeito empírico submetido ao aqui e agora, mas um “sujeito transcendental” que, precisamente por ser imutável, transcende o “aqui e agora”, e por ser universal permite a universalidade da experiência.

Dentre esses elementos, que são condições essenciais para a compreensão do mundo, Kant põe ênfase especial em uma das doze categorias da compreensão, a da causalidade. Para Kant, toda experiência possível, ou seja, todo conhecimento objetivo com referência à sucessão *temporal* de fenômenos, *depende* da “teoria da causalidade”, que para cada evento estabelece uma causa preexistente, embora tal causa só seja especificada de forma empírica. A categoria da causalidade, portanto, é uma pressuposição lógica da sucessão objetiva de eventos no tempo.

---

3 Com o conceito de associação, Hume estaria antecipando a existência do condicionamento, essencial na constituição da Psicologia objetiva (Boring, 1950).

4 Com suas ideias, Kant coloca as bases de futuras concepções do sujeito psicológico como sujeito ativo, particularmente com as suas concepções do espaço e do tempo (Boring, 1950).

### 1.1.3 PRIMAZIA DO INDIVIDUAL: CONTRATO (HOBBS, LOCKE) OU IMPERATIVO (KANT)

A partir do final do século XV constata-se profundas mudanças na Europa que, além de transformarem a maneira de pensar a razão humana, podem ser relacionadas com o desenvolvimento de uma nova concepção da política. Assim, como consequência das descobertas de novos continentes, inicia-se um grande comércio de metais preciosos, espécies e outros produtos. Vivia-se, pois, um grande desenvolvimento do comércio internacional (capitalismo mercantilista). Mas, não se pode falar em uma transformação radical da economia, pois o mercantilismo continua ligado à economia rural tradicional e à sociedade aristocrática. Mesmo assim, começam a se formar novos setores sociais que possuem fortunas tanto em dinheiro com em bens imobiliários.

Portanto, não é de estranhar que esse período, com a existência de um setor urbano abastado, caracterize-se pela redescoberta da cultura greco-romana e pela adoção de seus padrões culturais. Deve-se observar que o espírito renascentista não só adota os padrões artísticos, mas entusiasma-se também pelo pensamento filosófico e político da cultura clássica.

Finalmente, deve-se ter em conta que as radicalizações dos movimentos que reivindicavam a volta ao cristianismo primitivo levariam à Reforma e a lutas religiosas, que desempenhariam um papel decisivo na esfera política. Contudo deve-se ter em mente que, apesar das mudanças e conflitos sociais que iniciam o laicismo da vida política, constata-se, no século XVI, uma profunda continuidade com valores e estilo de vida medievais (o aprofundamento do tema Valores será feito no Capítulo 6 deste livro).

Ninguém encarna melhor que Nicolau Maquiavel (1469-1527) o processo de laicidade política. A política como ordem imposta ao mundo por Deus é substituída pela política como atividade constitutiva da existência coletiva (Châtelet e col., 1985). Contra os ensinamentos da religião e da teologia, ele afirma, porque ele constata isso, que o Estado é o fundamento da vida coletiva e que as leis que o regem são da mesma natureza que as leis que regem o mundo físico. Retomando a tradição grega, afirma que a unidade política, condição da existência social, repousa em um ato que institui o Estado, ato que é o de um legislador que define, de uma vez por todas, o que é justo ou injusto e as formas do exercício do poder (Châtelet e col., 1985).

A autossuficiência da Política não deixa de colocar um problema. Como ela se institui? Thomas Hobbes, no *Leviatã*, publicado em 1651, funda no próprio Estado essa autonomia. Para Hobbes, o estado natural do homem é contraditório: por um lado, todos têm o desejo de viver bem, de se desenvolver; por outro, a inveja, o desejo das coisas dos outros e o desejo de dominar seriam próprios da natureza humana. É nesse sentido que o homem é um lobo para os outros homens (*homo homini lupus*). A partir dessa situação, própria da natureza do homem (ou do estado natural), surge a vontade de construir uma instância superior cujo fim é impor uma ordem que elimine a violência natural. Nesse sentido, Hobbes não descreve a natureza do homem, mas sim os homens de sua própria época, o surgimento da burguesia, a luta e a crueldade

que a caracterizariam (Gruppi, 1996). A instauração do Estado pressupõe que os cidadãos, de comum acordo, se despojem de seu poder individual e o transfiram ao Estado.

Por sua vez, John Locke (1632-1704), cuja obra política é contemporânea à segunda revolução inglesa, de 1689 – instauração da monarquia constitucional –, observa que os homens em estado natural são livres para dispor de sua vida como o desejem, são, portanto, todos iguais. Mas na sociedade dos homens surgem riscos e conflitos. Essa situação cria a necessidade de realizar todas as possibilidades do estado natural, particularmente de usufruir a propriedade privada, de os homens entrarem em um pacto de organização da sociedade segundo regras comuns. Assim, os indivíduos constituem um poder público (o Estado) encarregado de organizar o pleno exercício dos direitos naturais (Gruppi, 1996).

Nesse sentido, o poder público não seria um remédio radical a uma natureza fundamentalmente perversa e violenta, como o era na perspectiva de Hobbes. Trata-se simplesmente de uma salvaguarda frente a possíveis atentados internos ou externos ao estado de direito natural dos indivíduos, e tem como limite a obrigação do Estado de respeitar os direitos naturais dos indivíduos. São as ideias de Locke que vão constituir a fórmula liberal do Estado Moderno, potência soberana e legisladora, e unidade de uma multiplicidade de súditos livres (Châtelet e col., 1997).

Como o seu nome indica, o liberalismo é uma corrente de pensamento que coloca como valor supremo a “Liberdade”. No liberalismo econômico defende-se que a liberdade do indivíduo é produto da liberdade do mercado (Adam Smith, 1723-1790). Isso significa que tanto o lucro individual como a propriedade privada são os valores que devem regular toda atividade econômica. O liberalismo econômico opõe-se ao dirigismo do Estado (não a seus favores, com os quais historicamente os liberais têm convivido muito bem). Já o liberalismo político defende a liberdade enquanto direito do indivíduo. O liberalismo político opõe-se ao despotismo do Estado. Para John Stuart-Mill (1806-1873), todos os indivíduos devem ter o direito de poder participar do controle do Estado por meio da “representação política”. Para o liberalismo, a existência do parlamento é a garantia da democracia. Nessas duas concepções pode-se considerar o liberalismo como uma corrente do pensamento que coloca o indivíduo no centro de todo o sistema socioeconômico. Pode-se afirmar que no pensamento liberal se dá primazia do indivíduo sobre o social.

Mas no liberalismo moral de Kant (1781-1811), embora se defenda, por um lado, que a responsabilidade individual (livre-arbítrio) nasce da capacidade racional dos homens de se considerar fins em si e não meios para qualquer objetivo social, afirma-se, por outro lado, que se a moral é dominada pelo reinado dos fins em si, isto só pode acontecer se é construído um conjunto de condições no qual o livre-arbítrio de um indivíduo harmoniza-se com os dos outros, seguindo uma lei geral de liberdade. Esse conjunto de condições prévias constitui, em um certo sentido, o Estado de Direito, o que significa que a vida social e política dos indivíduos deve estar subordinada ao direito. Pode-se afirmar que na filosofia liberal germânica, a partir de Kant, instala-se uma corrente de pensamento que prioriza o social sobre o individual.

Kant raramente trata, de maneira direta, dos problemas políticos e, portanto, da natureza do social. Mas toda sua obra filosófica traduz uma profunda reflexão sobre o direito e a filosofia da história. Por isso, essa reflexão só pode ser entendida a partir da análise de seu idealismo transcendental (*Crítica da razão pura*, Kant, 1781/1981) e de seu idealismo moral (*Crítica da razão prática*, Kant, 1781/1981).

#### 1.1.4 A SOLUÇÃO DIALÉTICA (HEGEL)

Tanto Hume como Kant viveram boa parte de suas vidas na paz do absolutismo esclarecido. Caberá ao jovem Friedrich Hegel (1806/1807-1999) ser testemunha dos confusos acontecimentos que caracterizaram a Revolução Francesa, com suas sucessivas fases e seu aparentemente contraditório desenlace (o império napoleônico). Como explicar isso? Heráclito teria razão, quando afirmava que tudo muda? Ou as mudanças estariam nas limitações da experiência humana ou na própria realidade que é inatingível? Assim, para Hume, o empirista, embora as coisas mudem continuamente, elas mudam segundo leis naturais constantes que os processos de associação permitem revelar. Já para Kant, o idealista, o sujeito do conhecimento, sujeito transcendental, universal e imutável, seria a condição que dá estabilidade ao conhecimento de uma realidade que nos escapa.

Para Hegel, máximo expoente do idealismo alemão, a realidade é mutável, principalmente a realidade no nível histórico. Portanto, compreender a realidade significa entender o modo como as mudanças transcorrem e suas leis (Abrão, 1999). Na Fenomenologia do Espírito, Hegel se propõe entender a forma pela qual a consciência do mundo se descobre a si mesma no ato de ser consciência e descobrindo-se, se reencontra em uma totalidade que inclui a consciência (subjetividade) e o mundo (objetividade). Esse reencontro pressupõe a negação do primeiro ato de consciência, que se esgotava em uma totalidade indiferenciada (objetividade pura). Em um segundo momento, a consciência se coloca como sujeito que percebe e, nesse sentido, como sujeito distinto do que é percebido (subjetividade pura). Mas em um terceiro momento, ele perceberá que o ato de consciência é um ato que constitui de alguma maneira o objeto. Em outras palavras, o que era a oposição entre sujeito e objeto torna-se síntese. Assim, a consciência deixa de ser subjetiva transformando-se em um sujeito absoluto. O sujeito transcendental de Kant, universal e imutável, é substituído pelo desenvolvimento cultural e histórico do pensamento humano. O absoluto seria o resultado de um processo histórico rico de contradições, pelo qual o espírito ou pensamento humano foi se manifestando (Abrão, 1999). O que de fato moveria a história do pensamento humano seriam as contradições.

Para entender melhor esse processo histórico acompanharemos o próprio debate sobre a natureza da razão humana que nasce dos postulados de Descartes. Descartes postula a existência na mente humana de ideias inatas, universais, necessárias e imutáveis para superar a instabilidade de nossas opiniões e percepções. Mas os empiristas negam que as ideias possam ser inatas. Para eles, a razão depende das experiências, no que estavam certos, e só das experiências, o que enfraquecia a solução proposta para

a validade das ciências. Kant, por sua vez, nega que inatistas e empiristas estivessem certos. Por um lado, mostra que os conteúdos da consciência dependem da experiência; mas, por outro, mostra que a pura experiência não pode ser a causa da razão. A experiência empírica pressupõe a existência, na consciência, de formas e estruturas inatas. Kant, portanto, prioriza o sujeito do conhecimento, mas não consegue fundamentar este sujeito universal e imutável. Hegel negará a fundamentação transcendental de Kant propondo uma fundamentação no próprio processo histórico dos debates filosóficos. Assim, graças às contradições entre as diversas teorias – inatismo, empirismo e kantismo – o Pensamento Humano vai construindo sínteses e harmonizando teses opostas (Chauí, 1999).

Para Hegel, a contradição não significa o confronto entre duas afirmações opostas, imóveis, uma frente à outra. Como a negação brota da própria afirmação, as duas afirmações mantêm uma relação dinâmica, de enfrentamento, relação que faz nascer uma terceira afirmação. Nesse sentido, a terceira afirmação, embora conserve elementos das duas primeiras afirmações, as supera, diferenciando-se delas. Nesse processo podemos distinguir os três momentos da dialética hegeliana: a primeira afirmação, que é a tese; a segunda afirmação, a antítese, que é a negação da primeira; e finalmente a terceira afirmação, a síntese, que é a negação da primeira negação, o que resulta em uma nova afirmação.

### 1.1.5 PRIMAZIA DO SOCIAL: NAS IDEIAS (HEGEL) OU NA HISTÓRIA (MARX)

A partir de Kant, defensor, como vimos, de uma metafísica social dos costumes, segue-se um conjunto de autores que repensam o indivíduo no quadro do social. Johann Fichte (1762-1814, 1988), por exemplo, no seu livro *Discursos à Nação Alemã*, afirma que o espírito do indivíduo (*Einzelgeist*) materializa-se em traços, idiossincrasias próprias das comunidades, povos e nações (*Volkgesit*). Por sua vez, o *Volkgeist* seria um momento, um elo ou um grau do espírito universal (*Weltgeist*).

Mas deve-se levar em consideração que esse processo dialético, para Hegel, não seria apenas um método para avançar no conhecimento da realidade, mas como já vimos anteriormente, ele revela a verdadeira natureza da consciência. Para o idealismo alemão, se a natureza da consciência humana é dialética, o próprio devir do pensamento humano será igualmente dialético e, por isso, continuamente se irá revelando cada vez mais e melhor nas suas criações culturais, políticas, filosóficas, religiosas e científicas.

No idealismo de Hegel, a razão que na tradição kantiana é um processo individual ativo e construtor da realidade, passa a ser uma construção eminentemente social. Por isso a consciência e, portanto, o ser humano, não possui uma essência imutável e constante que iria adquirindo, como aspectos secundários, as características próprias aos diversos contextos sócio-históricos. A essência do ser humano é ser um contínuo devir. A expressão desse devir se daria no concreto de cada contexto, mas o dinamismo desse devir, para Hegel, seria abstrato, constituído pela força da ideia ou espírito absoluto que procura sempre seu maior desenvolvimento.

Não é de estranhar que muitos intelectuais germânicos pensassem que o Espírito, ou ideia absoluta, teria chegado à sua plenitude no período do Absolutismo Ilustrado do Reino Prussiano. Junto a esse triunfalismo intelectual, vivia-se naquele período, particularmente na Inglaterra, a ilusão de que além da razão, outra força motriz da evolução da humanidade era o conjunto de leis econômicas recém-formuladas por Adam Smith e outros pensadores, principalmente a Lei do Mercado.

Mas esse otimismo não era hegemônico. No *fin-de-siecle* do mundo burguês (século XIX), no seio de profundas crises sociais e intelectuais, surgirá a oposição entre o racionalismo e o irracionalismo (Gay, 1995). Atribui-se ao Romantismo a defesa da irracionalidade, mas o que de fato esse movimento denunciava era o conflito entre o desejo de ser racional e a observação da irracionalidade do mundo industrial. Essa ambivalência se expressa pela dolorosa convicção de que faltam, na racionalidade, (leia-se, no progresso burguês), certos valores humanos essenciais que foram alienados pelo próprio progresso. É precisamente a nostalgia do que está perdido que é o centro da visão do Romantismo (Löwy & Sayre, 1993).

Nesse panorama, caberá ao jovem Karl Marx (obras publicadas entre 1867-1986) virar às avessas a Fenomenologia do Espírito, de Hegel, na sua concepção do Materialismo Dialético. Para Marx, a história não se constrói pela dialética das ideias, pois são as ideias que se constroem na dialética da realidade material. Posteriormente, Marx, no Materialismo Histórico, trocará radicalmente os fundamentos da economia política do liberalismo ao afirmar que a formação econômica de uma sociedade não é o resultado da liberdade do mercado, mas do desenvolvimento das forças produtivas. O crescimento das forças produtivas explicaria, assim, o curso geral da história da humanidade. Porém as forças produtivas incluem não apenas os meios de produção (leia-se tecnologia e capital), mas também a força de trabalho (leia-se classe operária e suas habilidades). Não é mais a Lei do Mercado que move a história, pois o mercado não é outra coisa que um fetiche, senão a dinâmica das relações sociais que se estabelecem em torno das formas concretas de produção. Marx afirma, no Prefácio a “Contribuição a crítica da economia política”, que a estrutura econômica da sociedade, constituída de suas relações de produção, é a verdadeira base da sociedade, o alicerce sobre o qual se ergue a superestrutura política e jurídica e ao qual correspondem formas definidas de consciência social. Isso quer dizer que as várias esferas e domínios da sociedade (arte, ciência, religião, moral etc.), principalmente a jurídica e a política, refletem o modo de produção dominante e que a consciência geral de uma época é condicionada pela natureza de sua produção. Com essas ideias, Marx faz transposição radical do Mercado, sujeito da história entronizado pelo liberalismo econômico, à Classe Operária, concebida como futuro sujeito da história pelo Manifesto Comunista.

Nesse período conflituoso observa-se que se, por um lado, a sociedade e a política na era das massas precisavam ser repensadas, por outro lado, não era só o pensamento liberal burguês que era contestado pelo crescimento e organização da classe operária, mas o próprio pensamento estava sendo posto em questão. Assim, introduzem-se dúvidas com respeito aos pressupostos racionalistas dos séculos XVII e XVIII. Qual seria, no ser humano definido por Aristóteles como animal racional, seu lado funda-

mental?<sup>5</sup> Seria sua racionalidade explicitada por Descartes, manifestada pelos portentosos descobrimentos científicos dos séculos XVIII e XIX e proclamada como a nova Religião Positiva da Ordem e do Progresso pelo iluminado Comte? Ou seria sua animalidade, que se manifesta tanto pelo seu parentesco íntimo com o mundo animal (Darwin) e sua estrutura instintiva (McDougall), como pelo predomínio do inconsciente e do reprimido sobre o racional e o consciente, que se manifesta tanto na massa (Le Bon) como no indivíduo (Freud)? Ou seriam ambos os aspectos igualmente importantes, que merecem ser articulados como propõem Wundt e Weber a partir da integração da força de organização coletiva, enfatizada por Durkheim com as forças individuais tanto da criatividade como da loucura, explicitadas por Tarde e Freud?

## 1.2 PRIMEIROS PROJETOS DE PSICOLOGIA SOCIAL ENTRE 1850-1930

É neste período do *fin-de-siècle* burguês e do início do século XX (1830-1930) que se levantam as interrogações anteriormente discutidas e se oferecem diversas respostas, frequentemente opostas entre si, que vão surgir as ciências humanas, como a Psicologia, a Sociologia e a Psicologia Social, que é o assunto deste livro. Os debates em torno da natureza da razão ser ativa ou passiva, ser individual ou social desembocaram, no que concerne à natureza da Psicologia Social, em duas posições claramente opostas. Uma perspectiva, seguindo as ideias do empirismo anglo-saxão, considera que os fenômenos sociais podem ser estudados como objetos da natureza. A outra abordagem, baseada nas ideias do idealismo alemão, se opõe à possibilidade de estudar os fenômenos sociais em uma perspectiva natural.

### 1.2.1 O SOCIAL COMO FENÔMENO DA NATUREZA

Nesse debate, o positivismo de Auguste Comte (1789-1857), que surge como uma consequência do enorme desenvolvimento científico anterior, constitui-se em um projeto para as ciências humanas que identifica o social com os fenômenos da natureza, e propõe, para o seu estudo, a observação sistemática e a experimentação. Para Comte, o único conhecimento aceitável é o científico, o qual obedece a um conjunto de *regras* únicas, seja qual for o seu objeto. Só podem ser objetos de conhecimento válido as proposições cujos conteúdos mantenham uma correspondência direta ou indireta com os fatos. Assim, todo conhecimento deve sua validade à certeza proporcionada pela observação sistemática.

O positivismo defende, também, a ideia de que o ser humano e a sociedade têm evoluído e progredido graças ao avanço da ciência (Chauí, 1999). Comte proporá sua famosa “Lei dos três Estados”, na qual afirma que o pensamento humano passa por três etapas ou estados: o teológico, o metafísico, e o científico ou positivo, estados que

---

5 De fato, como analisaremos mais à frente, inicia-se na Psicologia um processo um tanto contraditório, quanto mais se pretende dar-lhe um estatuto científico mais se nega a importância da racionalidade no ser humano e, particularmente, mais se contesta seu livre arbítrio, sua capacidade de autodeterminação.

representariam três formas diferentes do saber. No estado positivo ou científico, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.

Para Comte, as relações lógicas entre as diversas ciências permitirão explicar sua formação sucessiva como campos distintos de estudo no curso da evolução. Assim, Comte considera que as ciências estariam ordenadas hierarquicamente em uma complexidade cada vez maior, mas em uma generalidade cada vez menor. Cada ciência particular estaria fundamentada logicamente na ciência do nível imediatamente anterior, embora seu objeto próprio não pudesse ser reduzido às leis da ciência anterior. Comte estabeleceu a seguinte hierarquia: Matemática, Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Sociologia. A matemática, mais que ciência empírica, seria uma lógica, uma maneira fundamental de pensar a natureza. Já a astronomia, física e química seriam as ciências da natureza. Finalmente a fisiologia e a sociologia estudariam o ser humano, esta última ocupando o topo da hierarquia por ser a ciência mais complexa.

Percebe-se que Comte exclui a Psicologia da classificação das ciências, pois considera que o estudo do ser humano, enquanto indivíduo, deve ser realizado a partir da fisiologia, e o estudo do ser humano, enquanto ser social, era tarefa da sociologia. Caberia a esta última não só o estudo dos fenômenos sociais, a saber, descrever os fenômenos por meio de estatísticas sociais e analisar sua dinâmica, mas também a análise das condições que favoreceriam o desenvolvimento da filosofia positiva – a ordem e o progresso – na sociedade. Caberia à filosofia positiva o trabalho de indicar estruturas e objetivos políticos para a sociedade, tarefa que implicava em uma reforma moral da sociedade.

Na mesma perspectiva do positivismo, naturalistas como Darwin e Spencer analisaram o fenômeno social no quadro geral da evolução das espécies naturais, criando o evolucionismo social como quadro de referência que foi muito importante nas ciências sociais.

Charles Darwin (1809-1882) pretendia inicialmente provar que as espécies evoluíam para, em seguida, mostrar como esta evolução acontecia. Hoje sua teoria oferece uma explicação sobre a origem da vida neste planeta. Mas a ideia fundamental de Darwin era mostrar que as espécies evoluíam a partir da seleção natural. Pode-se entender a seleção natural analisando o processo de criação de uma nova espécie. O que vai determinar precisamente a criação de uma espécie não é a característica interna das diferenças entre a nova e a velha, mas a capacidade concreta que essas diferenças possuem de permitir uma melhor adaptação ao meio ambiente. Isso quer dizer que a diferenciação não possui inicialmente uma função de adaptação plena de caráter teleológico. Por um lado, as diferenças se produzem de maneira aleatória devido a mutações genéticas acidentais. Por outro lado, a eficiência dessas diferenças em permitir a sobrevivência da nova prole dependerá de características fortuitas que possam adquirir do meio ambiente.

A sobrevivência de uma espécie dependerá, portanto, de uma interação entre as condições do meio e características novas que permitam uma melhor adaptação a esse meio. Supõe-se, pois, que na natureza cria-se um confronto (a luta pela sobrevivência) no qual os mais competentes conseguirão se reproduzir e, assim, perpetuar suas características.

Na mesma perspectiva, Herbert Spencer (1876-1961) defendeu a ideia de que os fenômenos sociais seriam regidos por leis naturais e, portanto, as leis da evolução se aplicariam às sociedades. No seu livro *Princípios de Sociologia*, Spencer descreve as sociedades usando como metáfora as características próprias dos seres orgânicos. Assim, ambas cresceriam não só em tamanho, mas na complexidade das estruturas. Junto com a progressiva diferenciação de estruturas, se observaria também, em ambos os níveis, uma progressiva diferenciação de funções. Tanto nas sociedades como nos seres vivos, a articulação entre as duas formas de diferenciação (estrutural e funcional) seria dada pela evolução. Assim, a divisão do trabalho que é tratada pelos economistas como um fenômeno social, seria considerada pelos biólogos como um fenômeno próprio da natureza.

Spencer chega a extrapolar o paralelismo metafórico entre o mundo orgânico e o social quando afirma que a evolução social faz parte da evolução como um todo. A concepção fundamental dessa evolução seria o passo progressivo de um estado indiferenciado para um estado de maior diferenciação. No seu pensamento, os mecanismos da evolução teriam origem na luta pela existência e na seleção natural, mecanismos que levariam à submissão e, às vezes, à eliminação dos menos eficientes em proveito dos mais aptos (Cuin & Gresle, 1994). Como a evolução da sociedade é uma lei inevitável, impedir seu avanço é também inútil. Aliás, Spencer traduz no seu evolucionismo social as ideias liberais de Adam Smith, quando afirma que a organização das sociedades estaria regulada pelos membros mais evoluídos e pela liberdade mais ampla nas relações interindividuais. Tanto a liberdade de mercado, como a liberdade nas relações sociais, impulsionaria as sociedades a progredir. Como veremos mais à frente, o evolucionismo social terá uma grande influência na psicologia americana. E não só na psicologia, mas de fato nos Estados Unidos, o evolucionismo social não apenas triunfou, mas integrou-se rapidamente na ideologia do capitalismo (Hobsbawm, 1982). O conceito “*struggle for life*” (a luta pela sobrevivência) viria a se converter no fundamento do “*self made man*” (o homem que ascende socialmente pelo esforço próprio).

### 1.2.2 O SOCIAL COMO CIÊNCIA HISTÓRICA DO ESPÍRITO

As propostas positivistas e naturalistas receberam forte oposição, particularmente na Alemanha, a partir das posições de idealistas, como Kant, Fichte e Hegel. Na mesma direção, Wilhelm Dilthey (1894/1978) estabelece uma distinção fundamental entre as ciências humanas, que ele denomina de ciências do espírito ou de ciências da cultura, e as ciências da natureza, pois os fatos humanos seriam históricos e possuíam significados e valores para as pessoas que os experienciam. Mas as ideias

radicais de Dilthey serão amenizadas por Friedrich Herbart (1776-1841), que pensa a psicologia como uma ciência limite entre as ciências da natureza e as ciências do espírito.

Na esteira da perspectiva de Herbart, surge na Alemanha uma abordagem dualista, que se propõe incorporar ao estudo experimental da consciência o estudo de fenômenos culturais, como costumes, linguagem e religião, o que exigiria uma abordagem histórica e não experimental. Desenvolve-se, assim, junto a uma Psicologia Geral e Experimental uma Psicologia Social de cunho etnográfico, denominada de Psicologia dos Povos (*Völkerpsychologie*). Caberá a Wilhelm Wundt desenvolver, junto com os estudos experimentais da consciência, os princípios do primeiro projeto detalhado de Psicologia Social.<sup>6</sup> Importante salientar que ele dedicou vinte anos a *Völkerpsychologie*, ou seja, para ele, esse novo campo era de primordial importância e se propunha a estudar os processos mentais superiores enquanto construções coletivas produzidas no transcurso da história. Nesse sentido, Wundt afirma a existência de uma relação estreita entre a psicologia individual e a psicologia dos povos:

A Psicologia dos Povos é uma parte da Psicologia Geral e seus resultados brindam conclusões múltiplas para a psicologia individual, porque a linguagem, os mitos e os costumes, como manifestações da alma comum, nos oferecem um material, do qual é possível tirar conclusões para a vida espiritual dos indivíduos. Assim, por exemplo, os fenômenos da linguagem, que devem ser considerados uma elaboração da mente coletiva, podem também ajudar a compreender a regularidade psicológica do pensamento individual (Wundt, 1916, p. 3).

Mas os fenômenos sociais não podem ser explicados pelas características da consciência individual, pois “desenvolvem-se na vida humana em coletividade e não podem ser explicados unicamente pelas propriedades da consciência individual, pois supõem a influência recíproca de muitos” (Wundt, 1916, p. 21). Entretanto, isso, contudo, não minimiza o papel dos indivíduos. Para Wundt, não existe uma *Völkerpsychologie* fora dos indivíduos, que formam parte das relações recíprocas, de forma tal que a psicologia dos povos pressupõe uma psicologia individual ou, como geralmente se denomina, uma *allgemeine psychologie* (psicologia geral). A primeira, não obstante, é um suplemento importante desta última ao fornecer os princípios necessários para uma interpretação dos complexos processos da consciência individual.

Apesar dessa proposta de articulação entre as duas ciências, Wundt, de fato, termina estabelecendo uma distinção fundamental entre uma psicologia individual, universal e analítica que se construiria, basicamente, com a ajuda do método experimental, e uma psicologia coletiva, contextual e histórica, que dependeria da observação. Pensamos que não se trata de uma opção por métodos diferentes para cada ciência, mas de uma visão diferencial da natureza do campo de estudo de ambas as ciências. Se na perspectiva positivista clássica considerava-se que os processos

6 Esse projeto será desenvolvido em uma extensa obra de dez volumes escrita por Wundt entre 1900 e 1920 e intitulada *Völkerpsychologie: Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprach, Mytus und Sitte*; Leipzig, Engelmann (Existe tradução inglesa em três volumes: *Elements of Folk Psychology*. New York; Macmillan, 1916).

mentais individuais são regidos por leis naturais e, portanto, suscetíveis de serem estudados pelo método experimental, na perspectiva de Wundt, pelo contrário, uma psicologia dos fatos sociais abordaria fenômenos culturais, como linguagem, mitos, artes etc. e, portanto, deveria utilizar uma perspectiva histórica no seu estudo. Estabelece-se, assim, não só uma diferença profunda entre indivíduo e cultura, mas, também, uma diferença entre uma psicologia experimental, centrada no estudo do indivíduo, e uma psicologia compreensiva, centrada no estudo do coletivo.<sup>7</sup>

### 1.2.3 O PAPEL DO INDIVIDUAL E DO SOCIAL NA EXPLICAÇÃO DOS FENÔMENOS SOCIAIS

Como se pode perceber, o debate epistemológico sobre o tipo de ciência mais adequado para estudar os fenômenos naturais – a ciência natural ou a ciência da cultura – transformou-se num debate sobre a natureza do social. Na compreensão dos fenômenos sociais deve-se dar primazia ao indivíduo ou ao social? É nesse momento que o debate epistemológico se transforma em um debate de caráter metodológico. Qual seria o método mais adequado para abordar os fenômenos sociais: o holismo sociológico defendido por Durkheim (1895/2007), ou o individualismo psicológico defendido por Tarde (1890-1924)?

O debate entre psicologismo e sociologismo não deve ser entendido exclusivamente como um conflito territorial entre as duas ciências em formação – a Sociologia e a Psicologia – mas principalmente como um debate entre duas perspectivas no interior de uma mesma ciência: a sociologia. Assim, esse debate retoma a polêmica essencial da filosofia política estabelecida entre os Sofistas e Aristóteles, entre Hobbes e Kant – qual é o centro na constituição da ordem social, o homem ou o coletivo – e a transforma na seguinte questão: o que deve ser priorizado na compreensão dos fenômenos sociais: os aspectos subjetivos, psicológicos ou os aspectos objetivos, sociológicos?

A abordagem de Gabriel Tarde, denominada de psicologismo, pretende priorizar o papel do indivíduo na explicação do fenômeno social, sobre a abordagem do coletivo. Nesse sentido, o psicologismo, como método de estudo do social, consiste em admitir que o fenômeno social não se reduz completamente às leis naturais, sociobiológicas, e que a atividade mental dos indivíduos intervém na produção da sociedade. Como explicar as semelhanças nas crenças e nas normas sociais da nova sociedade de massas que surge no mundo moderno? Tarde propõe a invenção e a imitação como os fatores essenciais na compreensão do fato social. “Socialmente tudo não passa de invenções e imitações” (Tarde, 1890-1924, p. 23). Como ele afirma no livro *As leis da imitação*:

Qualquer repetição social, orgânica ou física, não importa; isto é, imitativa, hereditária ou, vibratória (para ficar unicamente nas formas mais impressionantes e mais típicas da Repetição Universal), procede de uma inovação, como toda luz procede de

---

7 Na tradição posterior, Wundt é lembrado só como o fundador da Psicologia (ciência única). Essa interpretação é enfatizada por Boring (1950).

um fogo; e assim o normal em toda ordem de conhecimento, parece derivar do acidental (Tarde, 1890-1924, p. 28).

O que Tarde afirma é que uniformidades sociais, como idioma, padrões de sexualidade, crenças religiosas etc. não são consequência de um determinismo histórico (por exemplo, a lei do progresso em Comte), mas são produtos sociais marcados pela criação individual. A imitação permite que as invenções (as diferenças) se transformem em hábitos, em memória social. Para Tarde, as relações sociais se estabelecem mais por contágio e imitação que pela mediação direta das Representações Coletivas, como proposto por Durkheim (Themudo, 2002).

Embora Durkheim (1895/2007) insista na ideia de que os fenômenos naturais devem ser estudados como coisas, ele tem todo o cuidado de não se identificar totalmente com o positivismo metafísico de Comte e de Spencer. Seu objetivo é estender o método do racionalismo científico ao estudo dos fatos sociais, pressupondo que estes são redutíveis a relações de causa e efeito e, não, formular um materialismo radical. Durkheim não pretende afirmar que os fatos sociais são coisas materiais, “mas que são coisas, como as coisas materiais, embora de outra maneira” (p. 15).

Para Durkheim, tratar o fato social como um fenômeno natural não decorre de uma perspectiva ontológica, mas, sim, de uma perspectiva metodológica. O que ele propõe é que o sociólogo se coloque na atitude mental dos físicos, dos químicos, dos fisiologistas, quando abordam os fatos sociais. Mas o que significa fato social? Para o senso comum, pelo fato da sociedade se compor de indivíduos, a vida social não teria outro substrato que a consciência individual. Mas, para Durkheim “os estados da consciência coletiva são de uma natureza diferente da dos estados da consciência individual, são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos indivíduos; tem suas leis próprias” (p. 22).

As Representações Coletivas, pelo fato de traduzirem a maneira pela qual o grupo pensa sua relação com o mundo, não podem depender das representações individuais (Durkheim, 1912/1996). Para compreender como a sociedade representa a si mesma, é necessário ter em conta a natureza da sociedade, não a natureza dos indivíduos. Portanto, a sociologia não pode tomar emprestados conceitos da psicologia (como sugestão e imitação, por exemplo) para explicar fenômenos sociais: o pensamento coletivo deve ser explicado a partir de fatos sociais, não de processos individuais. Os fatos sociais seriam, pois, crenças, práticas e sentimentos de um grupo, enquanto tal. As formas que revestem os estados coletivos, ao refletirem -se nos indivíduos, seriam de outra natureza. Assim, se para Durkheim as bases do fenômeno social seriam as representações coletivas, para Tarde o que precisaria ser explicado são precisamente as representações coletivas.

#### 1.2.4 O COLETIVO COMO AMEAÇA AO INDIVÍDUO

De fato, no conturbado final de século XIX, o debate entre o que deveria ser priorizado – o individual ou o social – se situava não só no nível conceitual, mas também no nível ideológico. Particularmente na França, a visão do coletivo ou (seguindo a

terminologia da época) das massas estaria ligada fundamentalmente à violência e à subversão da ordem. Não é, portanto, de estranhar que pensadores, como Scipio Sighele (1895-1954), Gabriel Tarde (1898) e Gustave Le Bon (1895), manifestem em seus estudos o sentimento de repúdio da classe média às ondas de manifestações e de tumultos gerados pelo descontentamento da classe trabalhadora, que se formava no bojo da revolução industrial (Reiward, 1949). Esses autores defendem em comum a ideia de que o contágio e a sugestibilidade, características inerentes às massas, fariam com que as pessoas perdessem tanto sua individualidade como sua racionalidade, criando-se assim uma mente coletiva.

Sob a influência da mente coletiva e devido à suspensão das imposições das normas gerais, os instintos destrutivos das pessoas seriam então liberados, o que levaria as massas a agirem de maneira violenta e irracional. Está implícito a esse pensamento que o ser humano, quando só, se comporta de maneira civilizada, mas quando se junta à massa, transforma-se num bárbaro, em uma criatura atuando unicamente por instinto. Nesse sentido, Sighele (1895-1954), Tarde (1898) e Le Bon (1895) estabelecem uma distinção fundamental entre a mente do indivíduo e a mente coletiva, priorizando certamente o indivíduo e levantando forte desconfiança frente à ação das massas. Em pleno debate sobre a democracia e a universalização do voto, essas ideias enfatizam a necessidade de criar condições para que a escolha eleitoral se faça em isolamento, pois as decisões tomadas em uma assembleia não representariam os verdadeiros interesses dos participantes (Michels, 1982).

### 1.2.5 DA CONSCIÊNCIA AO ESTUDO DO COMPORTAMENTO

A Psicologia, até o início do século XX, era uma ciência praticamente europeia, cujos grandes expoentes como Wilhelm Wundt, Edward Titchener, Franz Brentano, Oswald Kulpe, de alguma maneira privilegiavam o estudo da consciência.<sup>8</sup> Mas no final do século XIX começam a aparecer propostas de uma psicologia objetiva, em contraposição a uma psicologia da consciência. As raízes dessas propostas podem ser encontradas em três eventos relativamente independentes. Primeiro no desenvolvimento, inicialmente na Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos, de uma psicologia comparativa apoiada na psicologia animal. Segundo, nos estudos na Rússia sobre a fisiologia do arco reflexo, estudos que darão passo à psicologia reflexológica. E terceiro, na difusão do pragmatismo, principalmente nos Estados Unidos.

No que se refere à psicologia comparativa, o livro *Expression of the Emotions in Man and Animals* (1872), de Darwin, que estabelece certa continuidade entre o comportamento animal e o comportamento humano, desempenha um papel decisivo no interesse por uma psicologia objetiva, centrada no comportamento, no estudo da psicologia animal. Pesquisadores que farão parte do movimento behaviorista como H. S. Jennings, E. L. Thomdike, R. Yerkes e J. Watson, dentre outros, constroem laboratórios de psicologia comparada por todos os Estados Unidos. Em 1911 é fundada a revista *Journal of Animal Psychology*.

8 Exceções foram o livro de Edward Ross (1908) e os trabalhos de F. H. Allport (1924).

Uma segunda fonte da psicologia objetiva foi a escola russa de fisiologia, que se iniciou com os trabalhos de I. M. Sechenov e teve continuidade com as pesquisas de V. M. Betcherev e de I. P. Pavlov. Essa corrente foi a primeira a postular a necessidade de elaborar uma abordagem objetiva da psicologia e a propor uma teoria, a do reflexo condicionado, que explicava o comportamento sem fazer menção a qualquer tipo de estado mental.

Finalmente, desempenhará um papel importante no desenvolvimento da psicologia objetiva o pragmatismo, doutrina que afirma a inseparabilidade do pensamento e da ação ou, em outras palavras, a impossibilidade de reconhecer a verdade fora da tentativa de colocá-la em prática (Thinés & Lempereur, 1978). Para James (1907/1979), à medida que o pragmatismo pretende ser uma teoria sobre os critérios da verdade dos enunciados, situa-se no nível da epistemologia. “A prova última do que significa uma verdade é sem dúvida, a conduta que essa mesma verdade dita ou inspira” (Mariconda, 1979, p. XI). Esse pensamento filosófico se tornará muito influente nos Estados Unidos onde, à luz dessas ideias, foram formuladas várias teorias nas ciências humanas, como a do próprio James, sobre o fluxo da consciência, e a de Dewey, sobre a necessidade de adaptar a pedagogia aos contextos específicos de cada ação.

Não é, pois, de estranhar que a partir do artigo *Psychology as the Behaviorist Views it*, publicado na *Psychological Review* em 1913 por Watson, a tendência cada vez mais forte em direção a uma psicologia objetiva se transformasse, nos Estados Unidos, na perspectiva Behaviorista. Nesse artigo, que possui um caráter de manifesto, Watson convoca os psicólogos a abandonarem a análise da consciência e a se dedicarem a estudar exclusivamente o comportamento. A consciência não poderia ser aceita como objeto de estudo de uma ciência objetiva, pois “nunca foi vista, tocada, cheirada, experimentada ou mexida. É uma mera suposição que possui tão escassas probabilidades de ser comprovada como a noção de alma” (Watson, 1913, p. 289).

A proposta de Watson era que a psicologia humana se limitasse ao estudo do comportamento observável, sem necessidade de inferir a existência de processos não observáveis, não verificáveis diretamente. Não se tratava mais de definir o comportamento em termos de intencionalidade, mas de explicar o comportamento recorrendo a fatores ambientais externos à pessoa. No que concerne à metodologia, o behaviorismo supunha a rejeição radical da introspecção, método muito frequente na psicologia alemã, e sua substituição pela observação e experimentação objetivas. Os informes verbais seriam válidos sempre e quando se utilizassem para entender resultados objetivos e comportamentais, e não para inferir processos mentais.

### 1.3 A CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL PSICOLÓGICA NOS ESTADOS UNIDOS

Essas ideias simples e não muito originais de Watson, mas expostas com força e com muito poder de persuasão, teriam uma influência decisiva no futuro da Psicologia Social tanto nos Estados Unidos como no resto do mundo ocidental. Mas por que essas ideias, que faziam parte do *Zeitgeist* da época, foram aceitas com tal intensidade

nos Estados Unidos? E por que se propagaram com tanta força para os outros países, mesmo para aqueles onde ideias diferentes tinham-se desenvolvido anteriormente? Para responder a estas perguntas, Boring (1950) recorre ao fato de que os Estados Unidos era um país novo, recentemente construído por pioneiros. Assim, o espírito de sobrevivência através da adaptação a um novo meio ambiente seria o elemento essencial da cultura do “Novo Mundo”. Essa atitude fundamental teria sido o terreno fértil para o desenvolvimento das perspectivas pragmatista e funcionalista, as quais, por sua vez, constituiriam o terreno fértil de onde irá surgir logicamente o behaviorismo.

Parece difícil creditar exclusivamente ao espírito pioneiro do Novo Mundo o tipo de positivismo que se desenvolve como tendência dominante na psicologia americana. Outros fatores deveriam ser analisados. Mas pode-se, sim, relacionar a dominância dessa perspectiva estadunidense na psicologia mundial tanto com o forte desenvolvimento econômico e industrial dos Estados Unidos no século XIX, como com a importância que começava a adquirir no cenário internacional após ter obtido importantes conquistas territoriais e ter participado decisivamente na vitória dos aliados na 1ª Guerra Mundial, fatores que em conjunto levariam os Estados Unidos a ser líder do mundo ocidental capitalista, entre as duas guerras.

De fato, o behaviorismo terá uma influência importantíssima no desenvolvimento da Psicologia Social nos Estados Unidos. Mas não se trata de uma teoria e sim de uma ampla perspectiva na qual se desenvolverão inúmeras teorias, desde as mais radicais, como a “caixa preta” de B. F. Skinner, até as teorias que propõem mecanismos mediadores, como as de C. L. Hull e A. Bandura. Portanto, pelo fato de o behaviorismo ser uma perspectiva ampla, não é de estranhar que no que concerne à Psicologia Social surgissem várias propostas diferentes, das quais cabe aqui destacar duas: o behaviorismo individual, de F. Allport, e o behaviorismo social, de G. Mead, teorias que influenciaram fortemente a recém-nascida Psicologia Social norte-americana.

### 1.3.1 FLOYD ALLPORT E A CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL PSICOLÓGICA

Mas, de fato, são principalmente as ideias de F. Allport que marcaram o desenvolvimento da Psicologia Social nos EUA. Suas ideias aproximam-se às de Watson, apesar de serem menos radicais. Embora a introspecção possa ajudar complementarmente a interpretar uma observação, de maneira alguma pode servir para explicá-la. Provavelmente o ponto mais influente e mais radical das ideias de Allport (1924) foi a sua total rejeição a qualquer determinismo psíquico. Para ele, os determinismos seriam sociais. De acordo com Allport (1924), é impossível substituir os indivíduos pela noção de grupo, pois o grupo não pode ser concebido como uma entidade psicológica independente, mas como um conjunto de indivíduos diferentes que se relacionam entre si ou reagem simultaneamente a uma situação comum. Assim, opõe-se a várias concepções de sua época, por exemplo, as ideias de Spencer sobre a evolução progressiva e diversificadora do organismo social. Para Allport, um estudo evolucionário da cultura pretenderia explicar um fato pelo resultado de sua história, o que seria uma

explicação tautológica. Implicaria também na noção de um superorganismo que se desenvolveria por causas teleológicas, dado que em uma ciência da cultura seria impossível a utilização da noção científica de causa.

Allport critica também as ideias de Durkheim, afirmando que a verdadeira base da sociologia seria o comportamento social do indivíduo socializado. Nessa acepção, a tarefa da sociologia seria a de descrever as estruturas da conduta social e explicar estas estruturas em termos de indivíduos. Finalmente, Allport ataca ainda mais fortemente as ideias de Sighele, Tarde e Le Bon de que a massa possuiria uma vida mental independente da de seus membros. Os comportamentos das massas não podem ser explicados pela existência de um espírito arcaico, entidade que teria que ser constatada. É a partir do comportamento dos indivíduos que podemos explicar o comportamento da massa. A mente do grupo é um resultado do comportamento individual, não uma causa.

Podemos concluir afirmando que a proposta de Allport se caracteriza essencialmente por colocar como base do estudo os indivíduos e pela utilização do método experimental. Esse objetivismo radical e a equivalência que estabeleceu entre psicologia individual e psicologia social constituíram, na prática, a proposta que terminará sendo a matriz hegemônica no desenvolvimento de uma Psicologia Social Psicológica.

### 1.3.2 G. MEAD E F. BARTLETT: CAMINHOS PARA UMA PSICOLOGIA SOCIAL SOCIOLÓGICA

Embora a proposta de uma Psicologia Social Psicológica, formulada por Allport, fosse hegemônica principalmente nos departamentos de Psicologia, mesmo assim se desenvolveu nos Estados Unidos outra proposta de Psicologia Social que, embora inicialmente ligada ao behaviorismo, foi dele se distanciando ao adquirir um caráter mais social e uma maior preocupação pelos processos mentais mediadores. As ideias que hoje se denominam de interacionismo simbólico foram inicialmente formuladas por George Mead, a partir de seu behaviorismo social.<sup>9</sup>

George Mead inicia sua obra fundamental *Mind, Self and Society: A Social Behaviorism* (1934/1982)<sup>10</sup> definindo a Psicologia Social, do ponto de vista do indivíduo, como parte da psicologia individual cujo objetivo seria estudar a influência do grupo social na conduta de um organismo individual. Posteriormente Mead reformula sua definição afirmando que:

Na Psicologia Social tenta-se explicar a conduta do indivíduo em termos da conduta organizada do grupo social e não explicar a conduta do grupo em termos da conduta dos diferentes membros do grupo. Para a psicologia social o todo (a sociedade) é anterior à parte (o indivíduo) e não a parte ao todo (Mead, 1934/1982, p. 54).

9 Nessa teoria nota-se forte influência do pragmatismo e das abordagens sociológicas de Charles H. Cooley (1864-1929) e de W. I. Thomas (1863-1947). As ideias de G. Mead foram desenvolvidas posteriormente por Blumer (1969) com a denominação de “interacionismo simbólico” e tiveram boa aceitação em vários departamentos de Sociologia nos Estados Unidos.

10 A obra fundamental de Mead é póstuma, elaborada a partir de notas taquigráficas tomadas de suas aulas.

O behaviorismo de Mead diferencia-se do de Watson: primeiro, porque Mead reconhece a existência de elementos do comportamento que não são diretamente observáveis e, segundo, porque analisa o comportamento do indivíduo na sua situação social concreta. Para Mead, o comportamento estaria organizado em termos de atitudes. Parte do comportamento residiria dentro do organismo, e só mais tarde seria expresso. “Dentro da conduta existe um campo que não é externo, mas que pertence ao ato. A característica deste campo interno se revela em nossas atitudes, especialmente nas relacionadas com a fala” (Mead, 1934/1982, p. 53). As atitudes não constituiriam núcleos de associações mecânicas entre elementos do sistema nervoso e a conduta, mas conjuntos de reações alternativas como as que se pressupõem quando se fala das ideias que possuímos acerca de um objeto (o tema Atitudes será discutido no Capítulo 4 deste livro).

Para Mead, a linguagem, que faz parte do comportamento social, possui também a função de organizar as atitudes ou disposições mediadoras entre o estímulo e o comportamento. Isso equivale a dizer que a consciência é intrinsecamente social. A consciência surge por meio da comunicação por gestos em um contexto social. A pessoa, instância diferente do organismo fisiológico, não está presente no nascimento, mas surge da experiência social e se desenvolve com ela. Assim, o indivíduo se descobre como pessoa não diretamente, mas indiretamente, através do grupo social (Mead, 1934/1982).

De fato, a unidade e a estrutura da pessoa refletem a unidade e a estrutura do processo social como um todo (Mead, op. cit., p. 175). As comunidades ou grupos que proporcionam ao indivíduo sua unidade de pessoa podem ser chamados de “outro generalizado” (p. 184). É na forma do “outro generalizado” que os processos sociais influenciam a conduta dos indivíduos. É dessa forma que a comunidade exerce seu controle sobre os indivíduos, porque o processo social atua, como fator determinante, no pensamento do indivíduo.

Mead estabelece uma distinção entre o “*eu*” (*I*) e o “*mim*” (*me*). O *eu* seria resposta do organismo às atitudes dos outros e, de certa forma, seria imprevisível, pois dependeria da interação estabelecida em um determinado momento. Já o *mim* estaria constituído pelo conjunto de atitudes organizadas dos outros que o próprio *mim* assume, e que determinam seu comportamento à medida que ele é autoconsciente (Mead, op., cit.).

Com essas ideias, Mead tentou demonstrar que o espírito e a pessoa são emergentes sociais e que a linguagem, na forma do gesto vocal, proporciona o mecanismo para sua emergência (Morris, 1962). Com isso, ele ia em direção contrária às ideias evolucionistas, que estavam na base de quase toda a psicologia social, e que colocavam um desafio que poucos autores neste período abordaram diretamente, a saber, como se teria processado a passagem do animal ao homem na evolução da consciência.

Nos EUA, as propostas de Mead para a construção de uma psicologia social não tiveram a mesma influência que as ideias de F. Allport. Igualmente, na Europa, as ideias de Frederic Bartlett, questionador do paradigma behaviorista, tampouco tiveram muita repercussão.

Em oposição ao mecanicismo e ao atomismo, dominantes nas ciências sociais da época, mas em uma perspectiva diferente, baseada no papel da memória, Bartlett em sua obra clássica *Remembering* (1932), afirma que o pensamento é um processo ativo que se utiliza das organizações de “esquemas” das experiências passadas. Isso quer dizer que os sujeitos, ao pensar, assimilam o problema e interpretam-no através de resumos esquematizados retirados de experiências anteriores. Ou seja, quando alguém tenta resolver uma situação-problema deve inicialmente adaptá-la a conhecimentos adquiridos em experiências passadas para daí retirar uma interpretação estruturada à maneira do esquema a que mais se adaptou.

Objetivando testar essas ideias, Bartlett (1932) realizou uma experiência sobre a abstração de significados em que, usando uma versão do jogo infantil “telefone sem fio”, apresentou a sujeitos ingleses uma história da cultura indígena do Canadá, “*A guerra dos fantasmas*”, pouco familiar a estes jovens e rica em conteúdos e conceitos típicos do folclore canadense. Os sujeitos eram solicitados a ler e reproduzir a história, de memória, a um segundo e este a um terceiro, e assim por diante. Bartlett notou que, à medida que eram contadas, as histórias mudavam sistematicamente: os sujeitos faziam uma espécie de nivelamento de intensificação das informações, nos quais excluía detalhes e memorizavam apenas um esquema com alguns vestígios do que haviam escutado. Observou-se, também, uma tendência a buscar um significado congruente com as expectativas dos sujeitos, o que constituía uma racionalização. A história, que no original tinha claramente um significado mítico, era transformada na descrição simples de uma pequena aventura banal.

Em um outro experimento, Bartlett pedia a uma pessoa que copiasse um hieróglifo egípcio que não tinha relação com nenhum modelo ocidental, na continuação outra pessoa devia reproduzir a cópia e passar sua cópia a outra para que ela também a reproduzisse. O resultado foi uma paulatina deformação da figura original, que terminou se transformando em um gato. A partir desses resultados, Bartlett concluiu que a memória é mais um processo de “construção” que um ato de reprodução. Essa construção ativa seria bastante influenciada pela cultura ou grupo social do sujeito que, possuindo quadros de referência e costumes próprios, atuaria como uma base esquemática para o trabalho organizativo da memória.

Bartlett é reconhecido como o precursor da psicologia cognitiva moderna por suas ideias sobre a assimilação da informação, por meio de esquemas que ele denominou de *convencionalização e difusão das informações* (Farr, 1994). No processo de *convencionalização*, colocam-se já certos elementos do que seria futuramente a teoria da difusão das representações sociais, de Serge Moscovici (1988), que será discutida no Capítulo 8 deste livro.

### 1.3.3 AS VERTENTES PSICOLÓGICA E SOCIOLÓGICA NA PSICOLOGIA SOCIAL

Já observamos que desde suas origens a Psicologia Social é pensada de diferentes formas. Assim, no final do século XIX opuseram-se, no interior da Sociologia, duas visões de como abordar os fenômenos sociais: o psicologismo de Tarde, que propunha estudar o social a partir da consciência individual, e o sociologismo de Durkheim, que defendia o oposto: estudar o individual a partir dos fenômenos sociais. Na virada do século XIX e início do século XX, desta vez no interior da própria psicologia, se dá uma clara oposição entre o projeto de uma psicologia coletiva, independente da Psicologia Geral e centrada no estudo de processos coletivos, como linguagem, crenças e normas sociais (Wundt, 1916), e o projeto de uma Psicologia Social, parte constitutiva da Psicologia Geral, dirigida ao estudo da influência dos processos sociais no indivíduo (Allport, 1924). A partir desse período, a psicologia social que adquirirá hegemonia, tanto nos Estados Unidos como no mundo inteiro, será a vertente psicológica defendida por Floyd Allport.

### 1.4 A HEGEMONIA DA PSICOLOGIA SOCIAL PSICOLÓGICA

A partir dos anos 1920 a Psicologia começa a se desenvolver nos Estados Unidos dentro do paradigma behaviorista. Assim, em torno dos processos de aprendizagem se desenvolveram os grandes sistemas desse período. Nesse ambiente podia-se esperar que a defesa acirrada de F. Allport (1924) por uma psicologia social que partisse do indivíduo como unidade de análise, e que utilizasse a pesquisa experimental para estudar os comportamentos sociais, abrisse o caminho para o desenvolvimento de uma Psicologia Social na perspectiva do behaviorismo. Mas, contra o esperado, a Psicologia Social Americana vai desenvolver-se com certa independência em relação a esse sistema.

Na verdade, poucas linhas de pesquisa em psicologia social, entre as décadas de 1930 e 1960 do século XX, serão inspiradas em uma perspectiva claramente behaviorista. Assim, Katz e Lazarsfeld (1955), analisando a primeira edição do *Handbook of Social Psychology* (Lindzey, 1954), percebem o início de um progressivo afastamento da psicologia social das teorias behavioristas, por elas não serem capazes de tratar a complexidade dos fenômenos sociais. Quatorze anos depois, na segunda edição do *Handbook of Social Psychology* (Lindzey & Aronson, 1968), Berger e Lambert (1968) confessam, com certa tristeza, que nesse período a perspectiva behaviorista não estava recebendo dos psicólogos sociais o grande apoio dado a teorias mais molares e cognitivistas, mas menos rigorosas e com menor tradição, segundo eles.

De fato, dois fenômenos culturais que se iniciaram pouco antes da Segunda Guerra terão uma influência decisiva no desenvolvimento da psicologia social norte-americana. O primeiro é constituído pela migração, para os EUA, de psicólogos alemães, formados, em sua maioria, na perspectiva gestaltista. E o outro pode ser colocado no forte desenvolvimento da psicanálise no mundo anglo-saxão. Na primeira metade do século XX a Psicologia Social terá forte influência tanto de conceitos gestaltistas, no que concerne os processos de percepção social, como de noções psicanalíticas, no

que diz respeito aos processos motivacionais e os da socialização das crianças. De fato, graças às influências dessas duas perspectivas, a Psicologia Social terá liberdade para abordar temas menos comportamentalistas, mas sem perder a perspectiva individualista e experimentalista do behaviorismo. O behaviorismo absorveu, em certo sentido, essas influências ao adaptá-las à sua matriz essencial: o individualismo e o método experimental.

#### 1.4.1 O BEHAVIORISMO E A PSICOLOGIA SOCIAL

O behaviorismo de Watson vai influenciar os grandes sistemas de Psicologia entre os anos 1920 e 1940, sistemas que se apresentam, geralmente, como teorias da aprendizagem. O objetivo principal dessas teorias é explicar como se estabelecem novas relações entre os estímulos do meio ambiente e as respostas do organismo a ele. O elo que ligará um estímulo com uma nova resposta será o condicionamento, conceito essencial no processo de aprendizagem e que receberá diversas explicações, dependendo das teorias.

Para que as teorias de aprendizagem tivessem maior poder explicativo, os teóricos introduziram a noção de Generalização de Estímulo (Hillgard, 1956). Por generalização do estímulo se entende o processo por meio do qual a mesma resposta pode ser estimulada por mais de um estímulo. Pressupõe-se, nesse conceito, que estímulos parecidos ao primeiro que produziu o condicionamento terão também o poder de estimular este comportamento. Pelo contrário, na noção de discriminação de estímulo, se entende o processo de aprendizagem pelo qual um organismo responde diferentemente a estímulos diferentes. Na perspectiva do behaviorismo, a aprendizagem social seria essencial na explicação dos fenômenos sociais. E, de fato, um dos processos de aprendizagem social, colocado inicialmente por Tarde e por Ross, é o processo de imitação. Para Gabriel Tarde, a imitação seria uma tendência natural do ser humano. Edward Ross considerava que esse processo natural era essencial para entender a uniformidade nas sociedades.

O behaviorismo, à medida que nega a existência de tendências naturais no ser humano, propõe-se explicar o surgimento da imitação a partir dos processos de aprendizagem baseados nos processos de condicionamento. Resumindo os trabalhos sobre imitação até os anos de 1960, Flanders (1968) descreve quatro possíveis situações de condicionamento: na primeira, nem o modelo nem o observador são gratificados, na segunda só o observador é gratificado, na terceira só o modelo é gratificado e, por fim, na quarta e última condição ambos são gratificados.

A segunda condição representa o modelo clássico de aprendizagem instrumental e foi testado por Miller e Dollard (1941). Em um experimento com crianças que observavam o comportamento de escolha de um modelo. Posteriormente, na mesma situação de escolha, eram reforçadas quando imitavam o modelo anterior. Em uma segunda ocasião, observava-se que as crianças reforçadas eram as que mais voltavam a imitar em uma terceira ocasião.

Mas é evidente que essa situação de recompensa explícita a atos imitativos é pouco frequente na vida real, e não explicaria numerosas situações de aprendizagem social. Que aconteceria se não existisse recompensa ou se só o modelo fosse reforçado? Dentro da perspectiva behaviorista, alguns pensadores têm procurado responder a essas interrogações. Assim, no que se refere à condição sem reforço, Berkowitz (1969) afirma que em certas situações, modelos podem eliciar respostas agressivas imitativas através do mecanismo de condicionamento clássico. De maneira que, sujeitos que observavam um filme em que uma das personagens levava uma surra, seriam posteriormente mais agressivos com um parceiro que tinha o mesmo nome que a personagem surrada que com aqueles com outro nome (Berkowitz & Green 1966). Usando também como explicação o condicionamento clássico, Berkowitz e La Page (1967) mostram que só o ato de olhar uma arma pode posteriormente eliciar comportamentos agressivos. Mas essas pesquisas têm recebido fortes críticas e o próprio Berkowitz (1969) reconhece que esses efeitos dependem de condições muito especiais e não podem ser generalizados.

No que se refere à situação onde só o modelo é recompensado, Bandura (1965) mostrou que crianças que observavam modelos recompensados por ter agredido um boneco (*João Bobo*), posteriormente agrediam com maior frequência esse brinquedo. Pelo contrário, as crianças que observaram o modelo ser punido se abstinham de repetir essa agressão em uma situação posterior. Bandura (1965) denominará esse tipo de imitação de “aprendizagem vicária”, mas posteriormente usará mais conceitos cognitivos para explicar este tipo de aprendizagem do que conceitos ligados à teoria behaviorista.

### 1.4.2 A PERSPECTIVA GESTALTISTA E A PSICOLOGIA SOCIAL

A teoria da Gestalt surge no início do século XX,<sup>11</sup> em oposição à tradição estruturalista (Wundt, Külpe etc.) de analisar a consciência em seus conteúdos elementares. A Gestalt considera que o primeiro passo para desenvolver uma psicologia sistemática é observar os fenômenos psicológicos tal como eles ocorrem na experiência direta, pois a experiência de um evento particular seria determinada pela organização do conjunto do qual faz parte esse evento.

Dois pressupostos são centrais nessa teoria. O primeiro considera que os fenômenos psicológicos particulares devem ser analisados em uma totalidade, dado que eles fazem parte de um sistema de fatores que coexistem interdependentemente, pois as propriedades do sistema não seriam dedutíveis dos elementos isolados que o compõem. O segundo pressupõe que certos estados psicológicos são mais simples e melhor organizados que outros e que certas forças psicológicas agem de modo a atingir essa melhor situação (boa forma). Nesse sentido, os gestaltistas consideram que a percepção constitui uma organização e que essa organização procura a melhor forma que as condições dos estímulos permitirem.

---

11 A publicação de Wertheimer em 1912 sobre a percepção do movimento pode ser considerada como o ponto de partida da perspectiva Gestaltista.

Do primeiro pressuposto, seguem-se: [a] que os aspectos centrais da percepção se manterão constantes mesmo que existam mudanças na situação percebida, enquanto estas mudanças não alterem as relações entre os elementos; [b] que a percepção de cada elemento será influenciada pelo campo total do qual faz parte; e finalmente, [c] que o relevante é a relação entre os diversos elementos.

Do segundo pressuposto, “a percepção procura sempre a melhor forma” conclui-se que a percepção não é arbitrária nem aleatória, mas que se dirige à obtenção de um estado de ordem e de simplicidade. Embora a teoria nunca tenha explicitado qual seria esse estado ideal, pode-se pensar que subjacente à concepção da melhor forma estaria a noção de que a organização de fenômenos físicos reflete uma certa harmonia, como se observa nos processos de cristalização ou nos campos elétricos.

O conjunto dessas noções básicas da Gestalt desempenhou um papel fundamental no estudo da Percepção Social. De fato, a matriz fundamental do behaviorismo procura construir sua teoria a partir das diversas condições de reforço nas quais se estabelecem as relações entre estímulo e resposta (S-R). Mas, na perspectiva positivista os estímulos sociais são considerados da mesma natureza que os estímulos naturais. De fato, existe alguma lógica nesse raciocínio, pois comparando a percepção do mundo físico com a percepção que temos dos outros, observam-se muitas semelhanças entre os dois processos. O conhecimento acerca dos outros tem, muitas vezes, as mesmas estruturas e possui, às vezes, a mesma estabilidade que o conhecimento acerca do mundo físico. Todavia, o conhecimento do outro coloca problemas diferentes do conhecimento da natureza: as ações do outro possuem intencionalidade e o outro possui uma subjetividade. Situam-se aqui os aportes mais interessantes da Gestalt à Psicologia Social, que deixarão influências marcantes até os nossos dias.

Entre os aportes fundamentais para a psicologia social podemos considerar os de um psicólogo gestaltista austríaco, que emigrou para os Estados Unidos em 1930. Em seu artigo *Social Perception and Phenomenal Causality*, Fritz Heider (1944) analisa a natureza especial da percepção social, pondo em evidência o fato do sujeito e sua atividade fazer parte de uma mesma unidade perceptiva (uma forma ou *gestalt*). De fato, as pessoas geralmente são percebidas como a origem de seus atos. Esse princípio terá grande importância no desenvolvimento da Teoria da Atribuição (Heider, 1958), que marcou profundamente o desenvolvimento da Psicologia Social nos anos de 1960 e pode ser considerada como a precursora da perspectiva contemporânea da Cognição Social (a cognição social será discutida no Capítulo 3 deste livro).

Heider (1958), na sua obra clássica *The Psychology of interpersonal relations*, propõe-se a analisar as teorias que as pessoas comuns têm da vida social, na perspectiva de uma análise da psicologia ingênua. Segundo essa perspectiva, todas as pessoas possuem, a partir do senso comum, um conjunto de teorias ingênuas sobre a vida social, que serviriam de base para que elas possam interpretar os eventos sociais e agir sobre eles. Nesse sentido, a compreensão do conjunto de teorias ingênuas e os mecanismos de sua formação seriam indispensáveis para a compreensão das relações interpessoais.

É no quadro da “análise ingênua da ação” que Heider (1958) desenvolve sua Teoria da Atribuição Causal. Nessa teoria ele pretende analisar os processos pelos quais um observador não qualificado, “o psicólogo ingênuo”, procura entender as ações dos outros, particularmente as causas ou razões dessas ações. Um dos princípios da psicologia ingênua consiste em procurar associar comportamentos e eventos a condições subjacentes relativamente invariáveis. Essas condições invariáveis seriam as propriedades disposicionais, assim denominadas porque consistem em propriedades que “dispõem” objetos e pessoas a se conduzirem, geralmente, de certa maneira, em certas circunstâncias. Por exemplo, em uma festa observa-se que uma pessoa se torna o centro da atenção contando piadas. O fato não surpreende aos que já a conhecem, pois esperam que ela procure sempre ser engraçada nas reuniões sociais. Essa expectativa acontece por lhe ser atribuída uma disposição a ser engraçada em público.

O ser humano, portanto, não se contenta em registrar os comportamentos observáveis, mas precisa também ligá-los a alguma invariabilidade nos motivos ou disposições das outras pessoas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a análise ingênua, bem como a análise científica, tenta associar comportamentos variáveis às condições relativamente invariáveis (as propriedades disposicionais), que caracterizam os fenômenos, ou são subjacentes a estes.

Segundo Heider (1958), a psicologia ingênua considera que o resultado de uma ação depende da combinação de fatores pessoais e ambientais ou, usando sua terminologia, de forças pessoais e de forças ambientais efetivas. O que ele pretende afirmar é que as pessoas tendem a distinguir duas grandes fontes de causas possíveis de uma ação: as causas pessoais ou internas (que residem na própria pessoa) e as causas impessoais ou externas (decorrentes de forças externas à pessoa).

Pode-se afirmar, portanto, que a contribuição mais importante de Heider para a teoria da atribuição foi a divisão das fontes potenciais da ação em pessoais e ambientais. Além do mais, a “psicologia ingênua” é considerada a raiz heurística das teorias posteriores, não só acerca da atribuição de causalidade, mas também sobre os processos de construção da realidade social, como veremos nos capítulos seguintes deste livro.

Outro aspecto em que a Gestalt influenciou a Psicologia Social foi no estudo de como avaliamos as pessoas, ou de como formamos nossas impressões sobre elas. A impressão consistiria no conjunto de avaliações afetivas, morais e instrumentais que elaboramos sobre uma determinada pessoa. Essa impressão, com seus elementos cognitivos e avaliativos, predispõe o indivíduo a estabelecer determinadas formas de interação com a outra pessoa.

Segundo Solomon Asch, grande impulsionador dos estudos nessa área e no campo da influência social, formar impressões significa organizar a informação disponível acerca de uma pessoa de modo a poder integrá-la em uma categoria significativa. Ele defende que na formação de impressões as diversas qualidades do outro são vistas em suas relações recíprocas (Asch, 1946). As pessoas integram os diversos atributos do outro, reinterpretando-os, se necessário, de modo a constituir um todo coerente, em que o significado de cada atributo é formado na sua relação com os outros atributos.

Concretamente, os traços de um indivíduo são avaliados em função de outros traços, cada traço influenciando os outros (A Influência Social será discutida no Capítulo 7 deste manual).

Considerando que a impressão final sobre uma pessoa é o resultado da conjugação de vários atributos, Asch (1946) procurou saber em que medida a contribuição de um determinado adjetivo para essa impressão é ou não afetada pela sua relevância ou pela ordem em que este é apresentado. No que concerne à relevância de um adjetivo, esse autor mostrou que adjetivos, como caloroso ou frio podem mudar radicalmente o significado de um conjunto de outros atributos. Assim, em um conjunto de atributos, como trabalhador, disciplinado, inteligente etc., o adjetivo caloroso indicará a formação de impressão para uma pessoa afável, confiável e atraente; enquanto o adjetivo frio tornará a percepção dessa pessoa como sendo distante, não confiável e pouco atraente.

No que concerne à ordem de apresentação dos atributos, Asch (1946) pressupunha que as primeiras informações a respeito de uma pessoa influenciam a impressão final bem mais do que as informações subsequentes, pois os primeiros termos estabelecem uma direção, e ela exerce uma influência contínua sobre os últimos termos. As características seguintes, ao surgirem, relacionam-se com a direção já estabelecida e tendem a adaptar-se a esta. A influência da ordem é denominada 'Efeito de Primazia'.

Outro psicólogo gestaltista que chegou aos Estados Unidos fugindo da ascensão do Nazismo na Alemanha foi Kurt Lewin (1890/1947), teórico e pesquisador eminente que teve um impacto marcante, em curto prazo, na Psicologia Social estadunidense, mas, por razões que descreveremos no Capítulo 10 deste livro, a sua real influência é hoje relativamente pequena para a dimensão e força inovadora de sua obra. A influência de Lewin se deu, principalmente, a partir do seu conceito de Grupo, das suas reflexões sobre as relações intergrupais e da sua concepção de sociedade. Todos esses aspectos serão discutidos mais profundamente no Capítulo 10.

### 1.4.3 A PSICANÁLISE E A PSICOLOGIA SOCIAL

Sigmund Freud (1856-1930) nasceu na Moravia, mas passou a maior parte de sua vida em Viena, onde desenvolveu os princípios da Psicanálise. Nas conferências dadas na *Hall University*, em sua primeira visita aos Estados Unidos, Freud descreverá a Psicanálise como: (1) um método para a investigação de processos mentais inconscientes baseado na Associação Livre; (2) uma técnica terapêutica (a associação livre) para distúrbios psíquicos e (3) uma teoria psicológica construída por meio dos dados obtidos na investigação e na terapia.

Na psicanálise, de fato, o método de pesquisa, a técnica terapêutica e a teoria psicológica, giram ao redor da descoberta fundamental de Freud: o inconsciente. O próprio Freud (1914/1980) afirma que a psicanálise é o trabalho pelo qual levamos de volta à consciência do paciente o psíquico recalcado. A noção de inconsciente nasceu da experiência com o tratamento de certos tipos de desordens mentais, particularmente dos fenômenos histéricos. A análise desses pacientes mostrou que o psiquismo

não é redutível à consciência e que certos pensamentos ou emoções só se tornariam conscientes quando superados os mecanismos de resistência (o detalhamento do tema Emoções a partir da Psicologia Social será feito no Capítulo 5 deste livro).

O resultado do estudo desses fenômenos psíquicos e de seu papel na vida das pessoas é o que constituirá o corpo da teoria psicanalítica, na qual o conceito de pulsão ocupa um papel fundamental. Freud (1915/1980) define a pulsão como a força que faz o organismo tender para um objetivo. Na pulsão cabe distinguir: a fonte da pulsão, cuja origem seria a excitação corporal; o objetivo da pulsão, que consiste em suprimir um estado de tensão; e o objeto da pulsão, que se refere a coisas, pessoas, relações etc. que permitem atingir o objetivo da pulsão. Freud diferencia radicalmente o instinto das pulsões quando supõe que a relação entre o objetivo da pulsão e seu objeto de satisfação desenvolve-se na experiência específica de cada pessoa.<sup>12</sup>

Podemos perguntar-nos se essa teoria teve influência no desenvolvimento da Psicologia Social. Três aspectos devem ser considerados. Primeiro, de que maneira o próprio Freud percebia a relação entre psicologia e psicologia social e como ele analisava os fenômenos sociais. Segundo, de que maneira Freud percebia a relação entre “sua” Psicanálise e a Psicologia. Finalmente, temos que ter em conta também, como os psicólogos, principalmente os psicólogos sociais americanos, percebiam a Psicanálise.

No que se refere ao primeiro aspecto, o próprio Freud afirma na introdução a seu livro *Psicologia das Massas e Análise do Ego* que a diferença entre a psicologia individual e a psicologia social ou coletiva perde grande parte de sua nitidez quando examinada mais de perto (Freud, 1921/1981), pois o outro sempre está implicado na vida mental do indivíduo como modelo ou como objeto de afeto e de relações de cooperação e competição. Mas Freud mudará radicalmente essa afirmação reconhecendo a existência de atos narcisistas, nos quais a satisfação das pulsões é parcial ou totalmente retirada da influência de outras pessoas. Assim, para Freud a psicologia individual não é uma psicologia fundamentalmente social enquanto que a psicologia social teria como fundamento a psicologia individual. De fato, no seu livro *Totem e Tabu*, Freud opõe-se ao projeto de Jung que seria explicar a psicologia individual a partir da psicologia coletiva. Concretamente, Freud propõe-se resgatar o significado primitivo do totemismo a partir do indivíduo, de suas lembranças infantis, aspectos nos quais ele se manifesta no desenvolvimento de nossos próprios filhos.

Mas isso não significa que o social seja pouco importante na obra de Freud. Pelo contrário, pois Freud é considerado um dos pensadores sociais mais importantes do século XX (Álvaro & Garrido, 2006). São por demais conhecidos seus estudos sobre o futuro da civilização, religião, arte, normas sociais etc. O que está em jogo não é seu interesse pelo social, mas a perspectiva individualista com a qual Freud analisa os fenômenos sociais. Essa perspectiva aparece claramente no livro já citado *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, no qual Freud (1921/1981), após criticar as concepções da época sobre o comportamento das massas, apresenta suas contribuições teóricas a este respeito.

---

12 Supõe-se que as pessoas “aprendem” a satisfazer suas pulsões com determinados objetos. Por essa razão, teorias neo-behavioristas, como a de Hull, poderão utilizar o conceito de Impulso (*Drive*) para mediar a relação entre estímulo e comportamento.

Freud inicia sua análise descrevendo as explicações que Sighele, Tarde e Le Bon dão do comportamento dos indivíduos na massa: a inibição coletiva das faculdades intelectuais e a liberação da afetividade. Contudo, Freud opõe-se ao caráter arcaico e coletivo do inconsciente enfatizado por esses autores. O mecanismo do recalque seria um mecanismo eminentemente individual. Para Freud, o contágio pressupõe a sugestionabilidade de toda a massa. Mas, o que explica a sugestionabilidade?

Freud assinala a ausência, nesses autores, de uma clara conceituação do que é grupo e propõe-se analisar a vida social a partir de grupos organizados, por exemplo, o exército e a igreja. O que mantém a coesão dos membros nesses grupos? Freud descarta a sugestão como explicação última e coloca como fundamento da união nesses grupos as pulsões sexuais desviadas dos seus objetivos naturais. Tanto em um quanto noutro prevalece a mesma ilusão, a de que há um líder supremo, que ama todos os indivíduos dessa coletividade com o mesmo amor. É a partir da ilusão de que todos são amados pelo líder que se estabelecem, para Freud, as duas formas de laço libidinal ou de identificação que permitirão a constituição do grupo, ou seja, o laço de um membro para com os outros e o laço de cada membro para com o líder.

Resumindo, em todas as massas, artificiais ou organizadas, existiria uma relação vertical constituída pela relação libidinal de todos os membros do grupo com o líder e uma relação horizontal constituída pelas relações libidinosas de cada membro do grupo com os outros. Como vimos, Le Bon explicava a igualdade comportamental dos membros pelo poder da sugestão. Para Freud, é a identificação que leva à empatia, a empatia leva ao contágio e o contágio à igualdade comportamental. A inversão do processo corresponde a uma inversão do método de análise de Freud, que efetua a análise de fenômenos sociais, como as massas, o totemismo e a religião, com o objetivo de explicar como se desenvolvem as diversas instâncias da personalidade do sujeito.

Mas essa perspectiva individualista não foi o principal motivo para que a psicanálise não tivesse uma influência direta forte sobre a corrente hegemônica da Psicologia Social norte-americana. Parte da causa está em como a Psicanálise se percebia (e se percebe ainda) em relação à Psicologia. De fato, à medida que o estudo do inconsciente se afastava do objeto clássico da psicologia alemã, que era a consciência, Freud e seus seguidores pensavam que com seus estudos se iniciava não só uma nova teoria, mas uma nova disciplina que seria “mais profunda” que a psicologia, que, por sua vez, se contentava com a superficialidade do comportamento ou com a simplicidade enganosa da consciência. Essa atitude dos psicanalistas certamente os afastava dos psicólogos sociais. Mas existia ainda outro fator que afastava os psicólogos da psicanálise: a maneira com que os psicólogos percebiam a metodologia psicanalítica. O método de pesquisa e da prática psicanalítica era a associação livre. Nela, caberia ao analista a interpretação do material verbal do paciente. Essa prática hermenêutica confrontava diretamente com o espírito objetivista da matriz behaviorista.<sup>13</sup>

---

13 O fato de que para ser analista o candidato tinha que se submeter a uma psicanálise, acentuava ainda mais, para os psicólogos sociais da *main stream*, o caráter subjetivo dessa hermenêutica.

Se não houve uma influência em grande escala da Psicanálise na Psicologia Social, como foi o caso da Gestalt, existiu, sem dúvida, uma influência indireta, mas importante e decisiva no estilo da Psicologia Social dos anos 1960.<sup>14</sup> Já em 1951 Krech afirmava que a vitalidade da Psicologia Social nesse período era devida em grande parte à influência da Psicanálise (Krech, 1955). Essa influência indireta se deu pela apropriação da Psicologia Social tanto de conceitos psicanalíticos (o impulso ou Drive, por exemplo) como de temas de pesquisa (agressão, socialização, família etc.).

A pulsão constitui-se em um dos exemplos de apropriação de conceitos da psicanálise pela Psicologia Social. Freud, embora não afirmasse que a agressão era uma pulsão específica (Laplanche & Pontialis, 2001), estudou-a como o conjunto de tendências que se atualizam em comportamentos reais ou imaginários que visam prejudicar o outro, destruí-lo, humilhá-lo (Freud, 1915/1980).

A teoria da frustração-agressão (Dollard, Doob, Miller, Mowrer, & Sears, 1939) pressupõem, a partir das ideias de Freud, um vínculo quase automático, embora não necessariamente inato entre a frustração e a agressão (Miller & Dollard, 1941/1970). Seguindo a matriz behaviorista, a teoria F-A define a frustração objetivamente como a interrupção de um comportamento dirigido a um objetivo. Uma vez produzida uma situação frustrante, o sujeito experimentaria um impulso (*Drive*) para agredir a fonte da frustração. O aparecimento de um comportamento agressivo concreto vai depender, em parte, da aprendizagem anterior do sujeito e, em parte, da presença ou não de fatores de inibição. Esses fatores não inibem o impulso agressivo, que permanece e ainda tende a aumentar enquanto a inibição permaneça, mas só controlam sua expressão. Esse impulso agressivo acumulado se deslocaria posteriormente em alvos menos inibidores.

Dollard e colaboradores (1939) aplicaram a teoria F-A, no contexto socioeconômico posterior à Grande Depressão, para conceituar o preconceito como o deslocamento da hostilidade produzido pelas frustrações inerentes à vida socioeconômica sobre categorias sociais que, pelo baixo *status* social, não podem revidar adequadamente (teoria do “bode expiatório”). A partir dessa teoria, Hovland e Sears (1940) correlacionaram o número de linchamentos de negros por brancos no Sul dos Estados Unidos, com as flutuações dos preços do algodão e observaram que quanto menor era o preço do algodão, maior era o número de linchamentos, conformando assim a hipótese geral da Teoria da Frustração-Agressão (o aprofundamento dos estudos sobre o preconceito será feito no Capítulo 12 deste livro).

Essa teoria, que se adaptava muito bem aos pressupostos de uma Psicologia Social behaviorista, começou posteriormente a ser criticada no seu conceito fundamental, o de frustração. Em seguida, diversas pesquisas (Davies, 1971; Gurr, 1974; Runcimann, 1966; Vanneman & Pettigrew, 1972) tentaram mostrar os contextos sociais onde a frustração produzida levasse à violência social.

---

14 O sentido oposto de influência, da Psicologia à Psicanálise praticamente não existiu. A psicanálise, pelas razões discutidas até aqui, se impermeabilizou contra qualquer influência da Psicologia, abrindo-se, pelo contrário, a outras ciências, como a linguística, a semiologia, a filosofia etc.

Outro exemplo clássico da influência da Psicanálise na Psicologia Social é o estudo de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950) sobre *A Personalidade Autoritária*. O pressuposto básico dessa obra de colaboração<sup>15</sup> afirma que o conjunto de atitudes sociais e políticas de um indivíduo possui certa coerência e é expressão de tendências profundas da personalidade. Essa hipótese implica, quando aplicada ao estudo concreto sobre o fascismo, que as pessoas que tendem a aceitar mais as ideias fascistas possuíam um conjunto de características da personalidade que constituem uma síndrome específica.

É evidente que os autores pressupõem que as ideologias, possuidoras de existência independente dos sujeitos, se originam em processos sociais e culturais históricos e contextuais. O que eles afirmam é que as ideologias mobilizam os indivíduos em função de suas características ou dinâmicas de personalidade. Dando ênfase à estrutura dinâmica da personalidade como mediador importante da aceitação da ideologia, os autores procuram reagir ao determinismo social da época expressa tanto no behaviorismo como em um marxismo mecanicista. Para eles, o fascínio do fascismo suporia a existência de desejos e temores irracionais só explicáveis a partir de uma análise da dinâmica profunda da personalidade.

Utilizando uma dupla abordagem metodológica, a clínica e a psicométrica, os autores desenvolveram um vasto conjunto de pesquisas para demonstrar que o antissemitismo, traço radical de etnocentrismo, tanto se relacionava com a ideologia política como era a consequência de uma forma de personalidade desenvolvida pela existência de pais autoritários. A educação autoritária e a repressão da agressão levariam a sentimentos de hostilidade reprimidos, que serão posteriormente deslocados na direção dos grupos externos.

A Psicanálise fará uma grande contribuição a Psicologia Social oferecendo-lhe um leque de temas de estudo que não eram próprios nem da matriz behaviorista nem da perspectiva gestaltista. Hall e Lindsey (1966) enumeram os seguintes temas: grupo, socialização, dinâmica e estrutura da família. Temos já tratado do aporte freudiano sobre o grupo, mas vale a pena ressaltar que a visão de Freud, diferentemente da visão trazida por Kurt Lewin, só reforçava a concepção da matriz behaviorista que centrava a coesão do grupo nos indivíduos. No que se refere à socialização, pode-se afirmar que, por um lado, a influência da psicanálise foi mediada pela antropologia social (Campbell, 1974; Malinosky, 1970; Whiting, 1961), mas, por outro lado, a psicanálise contribuiu também diretamente no aprofundamento de certos aspectos da socialização. Assim, o interesse pela afetividade nas relações pais-filhos como antece-

15 Alguns autores atribuem a autoria principal do livro *The Authoritarian Personality* a Adorno, e em alguns casos à Escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer). De fato, trata-se de uma obra de colaboração, organizada por Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (em ordem alfabética, pg. xi). Horkheimer e Flowerman, editores da série de cinco livros sobre preconceito encomendados pelo "American Jewish Committee", limitam-se a escrever um breve prefácio para toda a série. Horkheimer escreve, também, um breve prefácio para esse livro. Aliás, o livro, que se apresenta como colaboração entre o Instituto de Pesquisa de Berkeley e o Instituto de Estudos Sociais de Frankfurt, é, principalmente, um representante da influência que a Psicanálise exerceu na Psicologia Social dos anos 1940 aos 1960.

dente no desenvolvimento emocional das crianças é uma influência da própria psicanálise (Brofenbrenner, 1958; a Socialização será discutida no Capítulo 11 deste livro).

Frente às concepções behavioristas da criança como uma “*tabula rasa*”, as ideias psicanalíticas sobre as fases do desenvolvimento infantil e os fatores que afetam este desenvolvimento foram também de grande importância nos estudos da Psicologia Social sobre a socialização. Finalmente, podemos pensar que as teorias psicanalíticas sobre o papel da família no desenvolvimento afetivo da criança levaram diversos psicólogos sociais a estudarem a relação entre estilos parentais de educação e o desenvolvimento de diversas características sociais da criança (Baumrind, 1967, 1971; Becker, 1964; Camino, Camino, & Leyens, 1996; Camino, Camino, & Moraes, 2003).

## 1.5 TENDÊNCIAS ATUAIS DA PSICOLOGIA SOCIAL: DOS 1980 AO SÉCULO XXI

No período do pós-guerra, a partir do Tratado de Yalta, o mundo foi dividido em dois grandes sistemas econômicos e ideológicos, o capitalismo no Oeste e o socialismo no Leste, que iniciam uma guerra fria entre si. Dentro desse contexto, criam-se no mundo ocidental programas de ajuda internacional: o plano Marshall para a reconstrução da Europa e a Aliança para o Progresso, dirigida a países em desenvolvimento e/ou em vias de se descolonizar. Ambos os programas procuravam, fundamentalmente, reforçar a hegemonia do mundo ocidental nessas áreas. Nesse processo observou-se um forte crescimento da influência estatal em vários aspectos da sociedade, particularmente na economia que, acentuando sua função reguladora, criaram grandes companhias estatais em setores estratégicos e ampliaram suas despesas, particularmente em armamentos, embora desenvolvessem também programas destinados ao bem-estar da população.

Esses planos e a criação de instituições financeiras internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BID (Bando Interamericano de Desenvolvimento) entre outras, produziram um reordenamento do sistema econômico mundial o qual, junto com o avanço tecnológico produzido no esforço das guerras, levariam a um forte desenvolvimento econômico dos países industrializados, que vão vivenciar nos anos 1950 os famosos “anos dourados”.

Mas como tudo o que é bom tem um fim,<sup>16</sup> os anos de 1960 testemunharam o fim do *boom* econômico do pós-guerra. Nos Estados Unidos, numerosos movimentos sociais desencadearam-se: movimento pelos direitos civis, contra o racismo, contra a guerra do Vietnã, movimento estudantil, movimento feminista e muitos outros. Os problemas da sociedade foram trazidos aos *campi* universitários, aos centros residenciais, aos lares. Não sem razão, a convenção nacional da *American Psychological Association* de 1969 foi toda dedicada ao tema “*A Psicologia e os problemas da Sociedade*”. Em 1971 iniciou-se a publicação do *Journal of Applied Social Psychology*, no qual se considerava fundamental escolher temas de estudo que fossem aplicáveis aos proble-

---

16 Uma das causas da nova crise econômica é a denominada “crise do petróleo”, ou seja, o brutal aumento do preço do petróleo pelo conflito entre os países árabes e Israel.

mas da sociedade (Sampson, 1983). Alguns autores referem-se a esse processo como um redirecionamento parcial de interesses, como a consequência de uma crise passada pela psicologia social. Outros autores sustentam que se trata de uma pretensa crise (Rodrigues, 1981). Não se pretende analisar aqui as características ou as causas dessa crise, seja qual for sua natureza. Será suficiente para nossos objetivos assinalar, brevemente, as novas características que a Psicologia Social foi adquirindo em diversas regiões do mundo, entre os anos 1960 e 1970, e que criariam as condições para os desenvolvimentos atuais.

A característica mais importante atribuída à crise da Psicologia Social diz respeito à relevância social ou a procura de temas que respondessem a problemas reais da sociedade. É evidente que o conceito de relevância encerra significados diferentes conforme se avalie os graus de imediatismo da aplicabilidade de um estudo (Elms, 1972) e as relações existentes entre teoria e aplicação (Rodrigues, 1983). Mas, independentemente do debate teórico que ele implica, constata-se que o interesse pela relevância propiciou um aumento de pesquisas sobre situações reais (pesquisas *in loco*), com o subsequente desenvolvimento de métodos estatísticos de análise multivariada (Neale & Liebert, 1973). Por outro lado, observa-se, no que concerne o aspecto teórico, que esse desenvolvimento não afastou a Psicologia Social dos trilhos marcados pelo reducionismo individualista de Floyd Allport (Augustinus & Walker, 1995).

Ao mesmo tempo que a psicologia social vivia certa tendência de voltar-se mais ao estudo de problemas sociais, ela passava, por outro lado, uma forte reformulação teórica que, embora a afastasse em parte do objetivismo radical anterior, a levava a centrar-se cada vez mais nos experimentos de laboratório (Oishi, Kessebir, & Snyder, 2009). De fato, a quarta edição do “*Handbook of Social Psychology*” não dedica espaço a técnicas não experimentais, por exemplo, entrevistas, análises de conteúdo, observação sistemática (Gilbert, Fiske, & Lindzey, 1998), como tinha sido feito nas edições anteriores do famoso manual. Os psicólogos sociais, em sua maioria lotados em departamentos de Psicologia, se afastavam cada vez mais da Sociologia, para se aproximarem mais ainda da Psicologia Geral (Oishi, Kessebir, & Snyder, 2009), que nos EUA continuava a ser universalista, individualista e experimental. Particularmente os novos desenvolvimentos nos estudos da percepção e da cognição marcarão fortemente o desenvolvimento da Psicologia Social norte-americana, levando-a a se interessar cada vez mais pelos processos cognitivos, que na psicologia geral estavam recebendo maior atenção a partir de influências de outros campos de estudo. No que concerne à inteligência, a partir dos anos 1950 a Psicologia Social receberá da linguística a noção de estrutura mental e da cibernética a ideia de processos autorretroativos.

Na linguística, Chomsky (1965) considerava que a informação recebida pelas pessoas seria representada na memória de uma forma essencial, esquemática. Consequentemente, para evocar essa informação, reconstrói-se o assimilado a partir da estrutura profunda, latente, podendo-se formar uma nova estrutura de superfície na comunicação. Já na abordagem da Cibernética, a inteligência era considerada a faculdade que processa continuamente as informações do meio ambiente. Nesse processo se dava destaque aos mecanismos de retroalimentação pelos quais o processamento da informação se iria modificando constantemente a partir dos dados já assimilados.

Deve-se levar em consideração que a Psicologia Social, em seu próprio desenvolvimento, deparou-se com a necessidade de estudar diretamente os aspectos cognitivos. De fato, por volta dos anos 1950 já se reconhecia, na Psicologia Social, a importância dos elementos cognitivos como constitutivos das atitudes. Diversas pesquisas foram dirigidas ao estudo da congruência ou coerência entre os diversos elementos das atitudes, particularmente entre os elementos cognitivos e comportamentais (Festinger, 1957).

As ideias do “*New look in perception*” sobre o papel dos fatores sociais nos processos perceptivos também influenciaram a Psicologia Social. Assim, os estudos de Heider (1958), sobre as concepções sociais ingênuas, ou do senso comum, das pessoas, colocaram a necessidade de ultrapassar as explicações puramente perceptivas, particularmente no estudo da maneira como as pessoas atribuem intenções às ações dos outros. Coube a Kelley (1973), na sua análise dos processos de atribuição, postular que os sujeitos ingênuos possuíam um processo de análise da situação que se assemelhava a um modelo de “Covariância”. Essa estrutura de análise sistemática dos diversos fatores presentes permitiria inferir se a causa da ação era o agente ou as circunstâncias externas. Tratava-se, pois de um modelo de processamento de dados sobre os determinantes de uma ação (Kruglanski, 1980). A partir dessas análises, o interesse da Psicologia Social passou a centrar-se sobre os próprios mecanismos do processamento de informação social, recorrendo naturalmente às diversas concepções vigentes na Psicologia sobre o conhecimento.

### 1.5.1 A PERSPECTIVA DA COGNIÇÃO SOCIAL

A partir dos anos 1970, o tema clássico da percepção social começa a ser estudado em uma nova perspectiva, a perspectiva da Cognição Social. Embora alguns autores ainda utilizem a denominação “Percepção Social” (Fiske, 1993; Higgins & Bargh, 1987), outros abordam temas concernentes ao conhecimento do outro sob o título de Cognição Social (Fiske & Taylor, 1991; Hamilton, 1981; Harvey, 1987; Schneider, 1991; Weyer & Srull, 1984). Não se trata de uma questão puramente terminológica, mas da necessidade de expressar o surgimento de uma nova forma de estudar esse tema.

Como já observado, o interesse pela cognição social não decorreu só do desenvolvimento da própria Psicologia Social nos temas ligados à percepção social, mas foi influenciado também pela evolução que tiveram os estudos sobre a inteligência. Assim, a teoria de Noam Chomsky sobre a linguagem está na origem da importância que a Cognição Social atribuirá tanto à memória como à noção de esquema mental nos processos de conhecimento. Essa última noção, a de esquema mental, era totalmente rejeitada pela perspectiva behaviorista. Por sua vez, a Cibernética marcará também a abordagem da Cognição Social, particularmente no que se refere aos conceitos de “processamento de informação” e “retroalimentação”.

Pode-se pensar que uma teoria que recebeu influências tão diferentes, que até parecem se encontrar em oposição, deve ter muitas versões diferentes. De fato, na Cognição Social se constata a existência de várias teorias, às vezes até opostas, acerca dos

mais variados tópicos. Isso indica que a Cognição Social não é uma teoria, mas um vasto campo de pesquisas e elaborações teóricas. Trata-se, pois, de uma forma de abordar os problemas e de analisá-los que é comum a um grande número de pesquisadores. Essa perspectiva começou a ser dominante a partir dos anos 1980 (Markus & Zajonc, 1985).

Apesar dessa diversidade pode-se citar alguns pressupostos que são compartilhados pela grande maioria dos pesquisadores desta área (Higgins & Bargh, 1987; Holyoak & Gordon, 1984; Hunt, 1977; Landman & Manis, 1983; Markus & Zajonc, 1985; Schneider, 1991; Stephan, 1985).

Primeiro, os processos mentais decorrentes das informações percebidas na realidade são vistos não através do modelo behaviorista de estímulo e resposta, mas como um processo ativo do sujeito, que se desenvolve em sequências definidas. Existem diferenças na maneira de conceber a dinâmica do processo, embora exista consenso quanto às sequências (atenção, codificação, armazenagem na memória, decodificação etc.) e quanto ao papel fundamental da memória no processo.

O segundo, e talvez mais importante pressuposto da Cognição Social, considera que, por causa das limitações inerentes ao aparelho psíquico processador de informações, nós desenvolvemos estruturas de conhecimento relativamente abstratas, que nos permitem enfrentar a enorme variedade de estímulos e situações. No processamento da informação, o sujeito desenvolve estruturas cognitivas próprias, as quais transformam e processam os dados concretos e singulares que provêm do meio ambiente.

Terceiro, as informações processadas na mente não são uma cópia da realidade, mas passam a ser uma construção pessoal do indivíduo, na medida em que se comprime muita informação e se perdem detalhes que podem ser importantes. Consequentemente, nosso processamento de informação está sujeito ao “erro”, ou a vieses na compreensão da realidade. Essa tendência ao erro é considerada não como um ato fortuito, casual, do sujeito, mas como inerente ao processo cognitivo, pois entre as características deste encontra-se a forte tendência a preservar as estruturas cognitivas existentes, o que leva a interpretar novas informações e lembrar as antigas de uma maneira consistente com o já conhecido. Outra característica que colabora na predisposição ao viés é a tendência a usar atalhos ou heurísticas na procura de informação.

Portanto, podemos afirmar que a perspectiva da Cognição Social pode ser considerada uma das mais importantes matrizes que influenciaram a Psicologia Social. Não é sem motivo que o segundo capítulo deste Manual aprofunda essa perspectiva. No entanto, é importante ressaltar a existência, na atualidade, de outras influências que vão dar origem à Psicologia Social Sociológica. Esse tema será visto mais detalhadamente no Capítulo 3 deste livro.

### 1.5.2 O (RE)SURGIMENTO DA PSICOLOGIA SOCIAL NA EUROPA

Para entender o desenvolvimento da Psicologia Social na Europa a partir dos anos 1960-1970, devemos lembrar os acontecimentos que precederam esse período. Após a Segunda Guerra até meados dos anos 1950, a Europa viveu o grande esforço de reconstrução, esforço que se deu em plena guerra fria. De fato, em março de 1947, o presidente norte-americano Harry S. Truman assumiu publicamente o compromisso de “defender o mundo capitalista contra a ameaça socialista”. Estava lançada a Doutrina Truman e iniciada a Guerra Fria. A Doutrina Truman designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos da América que buscava conter a expansão do comunismo junto aos “elos frágeis” do mundo capitalista. Integrando essa doutrina foi criado o Plano Marshall, projeto de ajuda financeira para a recuperação de países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Entre 1948 e 1952, o Plano Marshall forneceu US\$ 14 bilhões para a reconstrução europeia.

Concomitante a esse plano, em 1946 foi criado o Programa Fulbright, com o objetivo de estabelecer um processo de intercâmbio cultural entre os EUA e a Europa, para estudantes e professores universitários. Graças a esse programa, numerosos psicólogos sociais americanos passaram tempo pesquisando e lecionando em universidades europeias, enquanto que jovens doutores foram para os EUA para realizar estágios pós-doutorais. Estabeleceu-se, assim, uma relativa influência estadunidense no desenvolvimento científico da Europa, influência que foi bastante forte no campo da Psicologia.

Em face da forte influência econômica, política, cultural e científica, a reação europeia foi ambígua: ela era, em geral, recebida positivamente, mas certos setores almejavam uma maior independência da influência estadunidense (Hobsbawm, 1995). Assim, no nível político, seis países criaram o Mercado Comum Europeu, que será a origem da atual União Europeia. A necessidade de construir certa independência desenvolve-se igualmente em relação à cultura e à ciência.

No que se refere à Psicologia Social, deve-se observar que a procura de uma identidade europeia não implicava necessariamente em uma ruptura nem com a produção científica da Psicologia Social estadunidense nem com o método experimental por ela empregado. Aliás, a primeira conferência de Psicólogos Sociais Europeus, em 1963, que teve a participação decisiva dos professores norte-americanos John Lanzetta e John Thibaut e o suporte financeiro da *American Social Science Research Council*, escolheu o inglês como língua oficial e a referência explícita ao método experimental no nome da associação a ser fundada no congresso seguinte: “*European Association of Experimental Social Psychology*” (EAESP).

Apesar de assumir a tradição da Psicologia Social estadunidense (*mainstream*), certos grupos de psicólogos sociais europeus procuraram uma identidade própria. Essa procura de identidade implicava também em uma reflexão mais filosófica, consoante com a tradição europeia, sobre a natureza da Psicologia Social. Podemos citar como representantes dessa tendência: o psicólogo romeno, nacionalizado francês, Serge Moscovici (1925-2014); o psicólogo polonês, naturalizado inglês, Henry Tajfel (1919-1982) e o psicólogo belga, radicado na Suíça, Wilhem Doise (1935).

É interessante constatar que o livro de Jodelet, Viet e Besnard (1970), que apresenta ao público francês os principais artigos da Psicologia Social estadunidense do pós-guerra, abre-se com o prefácio de S. Moscovici, que centra sua reflexão no debate sobre a oposição clássica entre indivíduo e sociedade, sobre a interdisciplinaridade inerente ao estudo do social e, finalmente, sobre a própria natureza da Psicologia Social. Para Moscovici (1970), a perspectiva clássica, à medida que se limita a analisar a influência de estímulos sociais no comportamento do indivíduo, nega a existência de um campo próprio da Psicologia Social, transformando-a em uma extensão da Psicologia Geral. Esse autor, inspirando-se no pensamento de sociólogos franceses como Lucien Lévy-Bhrul e Emile Durkheim, propõe que se tome como ponto de partida a “interdependência real ou simbólica de diversos sujeitos a um meio social comum” (Moscovici, 1970, p. 34).

Diversos autores consideram que a perspectiva psicossociológica que se desenvolveu na Europa, e que é denominada de Paradigma Europeu (Jesuino, 2000; Vala, 1996), apoia-se em três conceitos essenciais: a Representação Social (Moscovici, 1970), a Identidade Social (Tajfel, 1981; ver Capítulo 10 deste livro) e a Influência das Minorias Ativas (Moscovici & Faucheux, 1972). Finalmente, Doise (1976) aprofundará essa concepção propondo como campo específico da Psicologia Social a “Articulação Psicossociológica” (Camino, 1996a).

Todavia, não se deve pensar que na Europa se desenvolveu uma psicologia europeia diferente da estadunidense. Certamente não é o caso. Provavelmente as ideias da Psicologia Social norte-americana são majoritárias na Europa. Mas, as ideias dos autores citados têm alguma influência nos países ou regiões de língua latina (França, Itália, Bélgica, Suíça, Espanha e Portugal).

### 1.5.2.1 Das atitudes às representações sociais: Serge Moscovici

Para acompanhar a origem do conceito de Representação Social de Serge Moscovici, e sua posterior influência, temos que fazer um duplo movimento de análise: em um primeiro momento, percorreremos o caminho que leva do conceito de atitude ao de Representação Social. No segundo momento, seguiremos outro caminho que leva das representações coletivas às representações sociais (Ver Capítulo 8 para o aprofundamento da TRS).

No primeiro caminho acompanharemos o desenvolvimento da compreensão da existência ou não de processos mentais mediadores entre o indivíduo e o fenômeno social. Para Wundt (1916) e Durkheim (1898), as crenças construídas na história por um grupo social se impunham aos indivíduos diretamente, sem mediações de nenhuma ordem, pela força da sugestão.

Frente a esse determinismo social, Tarde (1898/1922) introduziu o conceito de opinião, que procura articular as representações individuais com as coletivas. Para ele, os processos de sugestão não agiriam indiscriminadamente da mesma maneira sobre todos os indivíduos de uma coletividade. Cada indivíduo se apropriaria dos aspectos

da realidade que mais lhe interessam, a partir de suas necessidades. A imitação, fonte da socialização, não excluiria a participação individual. Na perspectiva do psicólogo de Tarde, o indivíduo pode ser, portanto, agente das mudanças sociais.

Em uma perspectiva semelhante, o interacionismo simbólico introduz a noção de atitude que pretende articular as disposições individuais com as influências sociais. Devemos ter em conta que existem duas perspectivas no interacionismo: a psicológica, de G. Mead (1934/1982), e a sociológica, de Thomas e Znaniecki (1918/1984) e de Blumer (1969). Assim, Mead, na perspectiva psicológica, afirma que parte do comportamento reside dentro do organismo, elemento interno que só mais tarde será expresso no comportamento. Dentro da conduta existiria um campo não externo, mas que pertenceria ao ato. As características desse campo interno revelar-se-iam em nossas atitudes. Assim, o comportamento estaria organizado em termos de atitudes. Essa organização representaria não só o que está ocorrendo imediatamente, mas, também, as etapas posteriores que vão ocorrer. Dessa forma, a conduta como um todo estaria presente desde o início do processo como um conjunto de reações alternativas, como as que se pressupõem quando se fala das ideias/opiniões que possuímos acerca de um objeto.

Na perspectiva sociológica, Thomas e Znaniecki (1918/1984) introduzem a noção de atitudes para explicar a maneira pela qual os indivíduos definem e entendem a situação social em que se encontram. Os contextos sociais possuiriam valores naturais, criados pela coletividade, que se supõem dever guiar as ações individuais. Mas, de fato, são as atitudes que explicariam a maneira em que cada indivíduo compreende e se apropria desses valores, compreensão que, em última instância, é o que determinará a atividade do indivíduo.

Não obstante, na Psicologia Social estadunidense, herdeira do paradigma comportamentalista, não existia inicialmente um lugar para um conceito como o de atitude, pois qualquer explicação do comportamento se reduziria ao esquema estímulo-resposta. Mas, rapidamente, a Psicologia Social, acompanhando as mudanças da Psicologia Geral influenciada pelo pensamento neo-behaviorista de Hull (1951) e de Tolman (1932), considerará a atitude como um conceito indispensável para a compreensão do comportamento social (Allport, 1935).

Existem numerosas definições de atitudes, que variam do modelo tridimensional, em que a atitude é constituída por uma organização de fatores cognitivos, afetivos e volitivos (McGuire, 1985), a um modelo unidimensional, mais próximo do behaviorismo, cujo único fator seria constituído pela expectativa de que, de fato, o objeto possua o valor percebido (Fishbein & Ajzen, 1975). Esse conjunto de definições tem como denominador comum a ideia de que a atitude é um mediador-organizador da resposta do indivíduo frente a um estímulo. De fato, numerosas pesquisas foram realizadas entre os anos 1950 e 1990 sobre a congruência entre atitudes e comportamento, e numerosas foram também as teorias propostas (Olson & Zanna, 1993). Esse tema será aprofundado no Capítulo 4 deste livro.

Para Serge Moscovici, no entanto, as Representações Sociais não devem ser consideradas como uma resposta mental, simples ou complexa, a um estímulo do meio

social (noção clássica da atitude), mas uma construção do significado do meio social, em que tanto o estímulo como a resposta se formam ao mesmo tempo, sendo o estímulo determinado pela resposta. A representação social enquanto processo de construção do real age ao mesmo tempo tanto no estímulo como na resposta. Esse processo pode ser representado pelo esquema:  $O \rightarrow S \rightarrow O \rightarrow R$  (organismo-estímulo-organismo-resposta). Nesse sentido, as representações constituem-se em uma verdadeira preparação para a ação, não apenas porque guiam o comportamento, mas porque constroem e remodelam o ambiente em que este comportamento irá ocorrer (Moscovici, 1976).

A relação complexa que a Teoria das Representações Sociais propõe entre estímulo, indivíduo e comportamento social a diferencia das teorias clássicas sobre mediadores sociais do comportamento (Farr, 1994), não porque a Teoria das Representações Sociais negue a existência de opiniões e atitudes (mediadores clássicos do comportamento social), mas porque situa estas noções em um contexto em que o sujeito constrói a realidade. É nesse sentido que se pode afirmar que as Representações Sociais não apenas guiam o comportamento, função das atitudes na Psicologia Social Clássica, mas constroem o repertório com as possibilidades de ocorrência deste comportamento.

Pode-se concluir afirmando que a representação social pode ser concebida como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada por uma comunidade, e que se destina a guiar a prática e, concomitantemente, participa da construção da realidade

Mas deve-se sinalizar claramente que a Teoria das Representações Sociais se apresenta mais como um vasto campo de teorizações e pesquisas que como uma teoria fechada. É devido a esta particularidade, defendida pelo próprio autor (Moscovici, 1988), que se têm desenvolvido diversas formas de entender as Representações Sociais, como o leitor poderá acompanhar no Capítulo 8 deste livro.

### 1.5.2.2 Das relações “face a face” à identidade social: Henri Tajfel

A Psicologia Social, embora tivesse escolhido como campo próprio de estudo o indivíduo e a maneira como o indivíduo é influenciado pelos outros, à medida que foi desenvolvendo esse tipo de análise foi obrigada a dar atenção, também, às situações sociais nas quais se estabeleciam esses processos de influência. Grande parte dessas situações poderiam ser descritas em termos de grupo. Muito rapidamente, em sua curta história, a Psicologia Social foi requerida a utilizar a noção de grupo para melhor compreender os processos de influência social.

Como exemplo bastante típico desse processo de descoberta natural podem ser citados os estudos de Mayo e colaboradores (Mayo, 1933; Roethlisberger & Dickson, 1939) na Western Electric. Nesses estudos pretendia-se, originariamente, descobrir as condições materiais mais efetivas no aumento da produtividade de operárias de uma tarefa de montagem, mediante a combinação de esquemas de incentivo com modificações no espaço de trabalho e na iluminação. Mas constatou-se que, independente-

mente das alterações sistemáticas, as jovens operárias aumentaram o seu rendimento durante os dois anos que durou o experimento. Foi considerado que grande parte do estímulo à produção provinha da boa interação entre elas. Para os autores, as moças, com o intuito de se manterem juntas, consideraram que fosse necessário ter uma produção elevada. A necessidade de manter o grupo unido seria a razão do alto rendimento.

No mesmo período, embora em situação totalmente diferente, chegava-se espontaneamente a conclusões semelhantes sobre a tendência dos grupos em construir normas sociais que guiariam posteriormente o comportamento dos membros. Sherif (1935) constata que, em uma situação ambígua, pessoas testadas isoladamente tendem a construir padrões individuais de resposta, diferentes de pessoa a pessoa, padrões que manteriam em situações subsequentes. As pessoas em situação de grupo constroem facilmente padrões comuns de resposta. Esses padrões seriam mantidos mesmo quando testados individualmente, mas o inverso não acontece, os padrões individuais não são mantidos em grupo. O grupo seria, assim, um fator importante na construção das normas que as pessoas utilizam para guiar o seu comportamento.

As constatações de Mayo (1933) e de Sherif (1935, 1936) sobre a importância dos grupos no comportamento dos indivíduos, pareciam anunciar o início do interesse dos psicólogos pelo estudo do grupo. Mas, de fato, o estudo do grupo só se desenvolverá fortemente após a Segunda Guerra Mundial graças aos esforços pioneiros de Lewin (1890-1947), a quem já citamos, como popularizador da “Dinâmica de Grupo”, não só com suas contribuições teóricas e empíricas, consolidadas em 1945 com a criação da primeira organização dedicada ao estudo do grupo (*The Research Center for Group Dynamics (RCGD)*), mas também com sua participação direta tanto via “pesquisa-ação” como via “formação em grupo” no problema das relações interraciais nos Estados Unidos.

Nesses trabalhos, que serão discutidos mais detalhadamente no Capítulo 10, Lewin foi construindo uma noção de grupo muito distante da ‘agregado de pessoas face a face’, como era pensado na tradição da psicologia social. Segundo ele, o grupo não seria um simples agregado, mas uma totalidade cuja essência estaria na interdependência que seus membros possuem entre si: qualquer mudança em uma das partes afetaria as outras partes do grupo.

As pesquisas de campo de Mayo (1933), do laboratório de Sherif (1935) e as reflexões de Lewin (1935) colocaram claramente a necessidade do estudo do grupo para entender o comportamento individual. Estavam, pois, criadas as condições não só para que se iniciasse o estudo sistemático do grupo, mas para o desenvolvimento de uma nova abordagem. De fato, o grupo vai passar a ser um tema importante na Psicologia Social norte-americana, mas a abordagem continuará a clássica. O que freava esse desenvolvimento? Como já discutimos quando referimos à influência da Gestalt, consideramos que foi o individualismo e o objetivismo da matriz behaviorista, adotada pela corrente hegemônica da Psicologia Social, que freou as possibilidades de um desenvolvimento dos estudos de grupo no nível grupal. Após Lewin, a maioria das pesquisas sobre grupo centrou-se nos grupos face a face, como modelo de grupo.

Mas indo, em certo sentido, contra a corrente do pensamento hegemônico da Psicologia Social estadunidense, Sherif e colaboradores (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969) realizaram três clássicos experimentos de campo, denominados de “Os estudos das Colônias de Férias”, nos quais observaram que a hostilidade existente entre grupos não pode ser atribuída exclusivamente a traços de personalidade dos membros de cada grupo, mas às características objetivas que a relação intergrupual possui, particularmente, às condições de conflito real entre os grupos.

Contudo, paradoxalmente, caberá a uma pesquisa feita inicialmente em uma matriz mais individualista a tarefa de redirecionar o estudo do grupo em uma direção mais grupal. A situação é ainda mais paradoxal quando se considera que as pesquisas de Tajfel e colaboradores se dirigiam, em certo sentido, a contestar as ideias centrais do trabalho pioneiro de Sherif e colaboradores (1961). De fato, Tajfel e colaboradores (Tajfel, Flament, Bundy, & Billig, 1971) procuravam encontrar a explicação dos processos de diferenciação grupal, como os percebidos por Sherif, não no contexto social nem nas relações intergrupais concretas, mas em um processo bem mais fundamental, o da categorização.

Tomados em conjunto, os trabalhos do grupo de Tajfel utilizam processos psicológicos estritamente individuais, como comparação social e autoestima, para explicar um processo social complexo como o da identidade social. Mas, parte do avanço que essa teoria trouxe no panorama da Psicologia Social foi o fato de ter introduzido o nível cognitivo, simbólico e representacional no estudo do grupo. De fato, nas ciências humanas o conceito de identidade tem sido um conceito polissêmico. Em um aspecto ontológico refere-se ao que faz que a pessoa seja o que ela é, ou seja, refere-se à sua essência. Na Psicologia usa-se o conceito de identidade para indicar as características fundamentais de uma pessoa. Nesse sentido, identifica-se identidade à personalidade. Entretanto, o conceito de identidade pode se referir também às formas sócio-históricas como o sujeito e o indivíduo têm sido representados, ou se representam a si mesmo e aos outros.

Nesta última acepção, a identidade é descrita como uma representação cuja função seria diferenciar-nos dos outros. Nessa noção deve-se ter em conta dois aspectos: o processo psíquico – forma como construímos esta representação –, e os conteúdos desta representação. Óbvio que processos e conteúdos têm uma relação intrínseca fundamental. Mas, nos estudos, tende-se a acentuar um ou outro aspecto. A perspectiva da Cognição Social adotará o estudo do processo individual de categorização no contexto das relações intergrupais.

No que se refere aos conteúdos sociais da identidade diferenciam-se os conteúdos que se referem à especificidade social do indivíduo – identidade pessoal –, e as representações sobre os grupos aos quais os indivíduos pertencem: – identidade social. A identidade pessoal, nessa perspectiva, tem sido estudada através da noção de *self* por G. Mead. Foram os trabalhos de Henry Tajfel que trouxeram o interesse pelo estudo de como os diversos grupos são representados no seio das relações intergrupais (Stephan, 1985). A contribuição de Henri Tajfel será detalhada no Capítulo 10.

### 1.5.2.3 Do conformismo às Minorias ativas: Serge Moscovici

Desde os anos de 1940 a psicologia social dominante tinha adotado o modelo funcionalista. Nesse sentido, os processos de influência social eram percebidos como de mão única: a sociedade, por meio de suas instituições e de seus grupos, influencia os indivíduos que a compõem. Caberia, pois, aos indivíduos conformarem-se com a sociedade. Assim, os processos de socialização eram percebidos como de mão única: a sociedade influencia os indivíduos por meio de um conjunto de práticas institucionalizadas.

Na psicologia norte-americana, o processo de socialização tem sido estudado à luz de diferentes abordagens teóricas, como o behaviorismo e a psicanálise, mas com uma única perspectiva: a de entender como os indivíduos adquirem hábitos, crenças e valores culturalmente compartilhados, e como incorporam as regras sociais (Maccoby & Martin, 1993; Zigler & Child, 1969). A análise de algumas definições de socialização no campo da psicologia colocará em evidência a concepção funcionalista implícita nesta perspectiva. Por exemplo:

Esperando pela criança, existe uma sociedade que possui uma cultura. A criança é colocada no meio de uma forma organizada de viver, possuindo certas possibilidades para processar informação e desenvolvendo motivos que permitem que esta forma organizada de viver possa lhe influenciar (Brown, 1965, p. 193).

A socialização refere-se à adoção e internalização, pelo indivíduo, de valores, crenças e maneiras de perceber o mundo que são compartilhadas pelo grupo. Quando a internalização é efetiva, o indivíduo termina por desejar comportar-se da maneira que os outros desejam e esperam que o faça, enquanto membro responsável do grupo (Jones & Gerard, 1967, p. 76).

A socialização é o processo pelo qual o comportamento de uma pessoa é modificado a fim de se conformar com as expectativas dos membros do grupo ao qual ela pertence (Secord & Backman, 1964, p. 462).

Essas definições de socialização, representativas da perspectiva adotada nos Estados Unidos, pressupõem um forte determinismo social onde, por um lado, o social é concebido como algo externo, estático e em certo sentido abstrato e, por outro, o sujeito, isolado em sua individualidade, é visto como um aprendiz mais ou menos passivo dos elementos sociais apresentados a ele (Camino, 1996).<sup>17</sup>

Serge Moscovici vai criticar essa perspectiva, mostrando que grupos ou, seguindo sua nomenclatura, minorias consistentes, terão um papel ativo nas mudanças sociais. Para verificar essa hipótese, o autor criou uma situação experimental que era apresentada aos sujeitos como um estudo sobre a percepção de cores.

Os resultados obtidos nesse paradigma experimental, e que serão discutidos mais detalhadamente no capítulo sobre Influência social, demonstraram que uma minoria de indivíduos pode influenciar as opiniões que uma maioria tem sobre um tema (nes-

---

17 Nos Capítulos 7 e 11 deste livro uma discussão mais ampla do fenômeno da socialização é apresentada, inclusive considerando suas implicações para minorias sociais.

te caso, as cores). A explicação para tal deriva, sobretudo, da consistência comportamental da minoria. Apesar dos resultados obtidos na pesquisa experimental serem pouco salientes, o paradigma de Moscovici levantou questões muito úteis para uma reflexão mais aprofundada sobre os processos de Influência Social.

Assim, para Camino, Leyens e Cavell (1978), embora a teoria de Moscovici explique a capacidade de uma minoria influenciar a maioria através da consistência comportamental, ela nada afirma, por exemplo, quanto aos mecanismos pelos quais uma minoria passava a ser consistente. Como veremos mais à frente, a teoria das minorias ativas tenderá a se articular com as outras duas teorias: Representações Sociais e Identidade Social, para construir uma ampla perspectiva psicossociológica.

#### 1.5.2.4 Em direção a uma Perspectiva Psicossocial

A partir da articulação dos três conceitos apresentados anteriormente, Representação Social (Moscovici, 1970), Identidade Social (Tajfel, 1981) e Influência das Minorias Ativas (Moscovici & Faucheux, 1972), desenvolve-se uma perspectiva psicossociológica (Camino, 1996a; Vala, 1996) que, pelo fato de ter-se dado com conceitos surgidos na Europa, muitas vezes tem sido denominada de paradigma europeu (Jesuino, 2000).

Para entender melhor essa perspectiva, deve-se compreender que a Cognição Social, perspectiva hoje dominante na psicologia norte-americana (Schneider, 1991; Markus & Zajonc, 1985), apesar do avanço construtivista que ela aporta em relação às tendências comportamentalistas e objetivantes das décadas de 1950 e 1960 do século XX, limita-se ainda à análise de processos individuais (Moscovici, 1970; Sampson, 1983). Na perspectiva psicossocial, o conhecimento do indivíduo não se processa no vazio. A Sociedade produz seu próprio conhecimento social e a construção do conhecimento individual se insere neste processo (Berger & Luckmann, 1966/2000). Precisa-se entender a maneira em que as diversas sociedades se representam a si mesmas e ao mundo, e como os indivíduos e grupos se apropriam destas representações e as reconstroem (Moscovici, 1961).

Uma ênfase exclusiva na Teoria das Representações Sociais, pelas dificuldades teóricas e metodológicas que apresenta, não parece dar conta dessa tarefa (Camino, 1996a; Vala, 1996). Mas a Teoria das Representações Sociais pode abordar a constituição complexa dos conhecimentos sociais em nossa época, se complementada com as teorias da Identidade Social (Tajfel, 1982) e da Influência Social (Moscovici & Faucheux, 1972). Assim, a perspectiva das Relações Intergrupais (Tajfel, 1981; Turner & Gilles, 1981) oferece a possibilidade de fundamentar uma perspectiva dialética do conhecimento humano (Camino, 1996a; Vala, 1996). Se a partir da perspectiva cognitivista, a pertença ao grupo pode ser considerada não só como forma de relação, mas, principalmente, como forma de consciência ou categorização social, com a perspectiva das relações intergrupais pode-se estudar as relações sociais enquanto afetadas pela consciência de pertença a um grupo (Stephan, 1985). Essa visão pressupõe que toda relação interpessoal se efetua no horizonte das relações intergrupais (Tajfel, 1981; Tajfel & Turner, 1979; Turner & Giles, 1981).

Assim, na perspectiva das relações intergrupais, o conceito de Identidade Social (Tajfel, 1981) desempenharia um papel essencial, pois a Identidade Social constitui-se em um processo dialético à medida que, por um lado, muda o sujeito, facilitando a incorporação de valores e normas do grupo social, por outro, implica em uma participação ativa do sujeito na construção da identidade grupal e, portanto, na transformação contínua do grupo (Vala, 1993,1996).

Entretanto, a propriedade dialética dos processos de identidade não se limita à relação entre o indivíduo e seu grupo. Ela pode ser também aplicada às relações dos grupos entre si e com o sistema social. Deve-se considerar que, segundo Tajfel (1972), o processo de identidade social não ocorre no vazio social, mas num contexto histórico onde os diversos grupos mantêm relações concretas entre si.

O processo de identidade social afetaria não só a maneira como indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade, mas também o modo como nela atuam, procurando modificá-la em função de seus interesses sociais. Por sua vez, as estruturas sociais influenciariam de alguma maneira as representações que os indivíduos fazem de si mesmos e da sociedade (Lima, Monteiro, & Vala, 1996).

Deve-se considerar que as relações entre grupos se desenvolvem sempre no interior de formações sociais, econômicas, políticas e ideológicas com características específicas. Essas características influenciam as relações intergrupais, mas também são consequências dessas relações. Nesse sentido, fenômenos próprios das formações sociais, como os movimentos sociais e ações coletivas, devem ser entendidos não só a partir de processos econômicos e sociológicos, mas também a partir de fatores subjetivos. A construção de uma identidade comum entre seus membros é considerada como um dos determinantes subjetivos fundamentais do processo de mobilização social (Camino, 1990, 1996a; Lima, Monteiro, & Vala, 1996; Vala, 1993a, 1996, 1997).

Por sua vez, a teoria da Influência Social permitiria entender as dinâmicas cognitivas subjacentes aos processos de consenso e dissenso. Nessa teoria, Moscovici (1981) inverte a dinâmica da comparação social, colocada pelo funcionalismo no centro do consenso, ao afirmar que a percepção é sempre social e que os sujeitos se comparam com outros não porque a realidade seja por si ambígua, mas porque existe uma norma social de objetividade, segundo a qual o consenso é critério de verdade. Assim, nas situações de desacordo, a realidade se torna ambígua, incerta, gerando um conflito cognitivo, cuja resolução pode assumir diferentes modalidades: o conformismo, a submissão, ou a inovação.

Todavia, dada a grande heterogeneidade de nossas sociedades, quais seriam as condições sociais para a aplicação da norma de objetividade? Para Vala (1996), a incerteza sobre a realidade ocorre apenas quando há desacordo com aqueles com quem se espera estar de acordo, e estes são os membros do grupo assumido como próprio. É nesse sentido que a Teoria da Identidade Social, de Tajfel (1981), permitirá entender melhor as dinâmicas de consenso e de dissenso que subjazem à construção das representações sociais polêmicas. É nesse sentido, também, que a teoria da Identidade Social ofereceria as bases para a compreensão da formação simbólica dos grupos sociais

e, portanto, para a compreensão dos processos de ancoragem subjacentes à construção das Representações Sociais (Camino, 1996).

Devemos lembrar que, para Moscovici (1973), as Representações Sociais não representam simplesmente opiniões, imagens ou atitudes em relação a um objeto social, mas são verdadeiras teorias ou sistemas de conhecimento que servem na descoberta e organização da realidade. Nessa perspectiva, Doise (1990, p. 125) define as representações como “princípios organizadores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”. Segundo Doise (1986), os princípios organizadores são análogos às dimensões de oposição e de hierarquização que Bourdieu (1977) descreve em sua teoria de campo, e aos princípios de dicotomia, adaptação, assimilação e sincronia que intervêm na dinâmica da propaganda, da propagação e da difusão (Moscovici, 1976).

#### 1.5.2.5 Níveis de análise e a Psicologia societal: Willem Doise

Doise (1986) aprofundará a concepção da perspectiva psicossocial propondo como campo específico da Psicologia Social, a “Articulação Psicossociológica”. Segundo ele, a principal característica que diferenciaria as teorias e perspectivas que têm sido desenvolvidas no seio da psicologia social, além dos diferentes paradigmas científicos que as embasam, é sua posição em relação à possibilidade, ou mesmo à legitimidade e à necessidade de uma “Psicologia Societal”. Em outras palavras, a posição da Psicologia Social em relação a: a) possibilidade de articulação de explicações de ordem individual com explicações geradas nas próprias relações sociais, históricas, econômicas de uma dada sociedade; b) como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade; e c) como as dinâmicas sociais orientam o funcionamento desses processos.

Doise (1986) defende que as teorias desenvolvidas no seio da Psicologia Social podem ser analisadas a partir de quatro níveis: intrapsíquico (ou individual), interpessoal (ou interindividual), intergrupal e ideológico.

Para ele, o primeiro nível de análise focaliza o estudo dos processos intraindividuais e os modelos aqui utilizados tratam da maneira pela qual os indivíduos organizam suas experiências com o ambiente. Já o segundo nível, interpessoal, descreve os processos interindividuais e situacionais nos quais os indivíduos são considerados intercambiáveis e seus sistemas de interação fornecem os princípios explicativos típicos das dinâmicas desse nível. O terceiro nível, o intergrupal, leva em conta as diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais, características de uma sociedade, e analisa como suas posições modulam os processos do primeiro e segundo níveis. E, finalmente, o nível societal remete aos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais. As produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos como, também, criam ou dão suporte às diferenças sociais em nome de princípios gerais.

A distinção em quatro níveis, de acordo com Doise (1986), não deve servir apenas a objetivos classificatórios, mas, sobretudo, facilitar a realização de articulações dos diferentes níveis de análises, o que, segundo ele, deveria ser tratado como um tópico próprio da pesquisa da Psicologia Social.

Finalmente, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o fato que, de certa forma, a noção de níveis de análise, e algumas tentativas de articulação entre eles, serviu como fio condutor na proposta deste livro. Basta olhar a organização dos seus capítulos que isso ficará ainda mais claro.

## SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Neste capítulo apresentamos o percurso histórico do desenvolvimento da Psicologia Social enquanto campo de saber que, embora independente de outras disciplinas científicas, estaria localizada na interseção destas mesmas disciplinas. Partimos de dois pressupostos: a) que o desenvolvimento científico não ocorre independente do jogo político de uma determinada sociedade, mas é fortemente influenciado pelos seus conflitos sejam eles sociais, políticos, econômicos ou culturais; e b) a grande questão norteadora do desenvolvimento dessa disciplina refere-se à concepção da natureza das relações indivíduo-sociedade: deveria a psicologia social reduzir os fenômenos sociais aos processos individuais, tornando-se apenas uma área da psicologia geral, ou deveria se aproximar da sociologia a fim de entendê-los? Ou poderia ainda, tentar articular explicações desses dois níveis de análise? Tendo esses aspectos em mente, primeiro apresentamos o contexto sócio-político-cultural dos primeiros projetos sobre o que deveria ser o campo de estudo e a metodologia da psicologia social. Em seguida, discutimos os pilares das duas vertentes dessa disciplina: a psicologia social psicológica e a sociológica, e finalizamos analisando as tendências atuais dessa disciplina.

Finalmente, é importante destacar que neste capítulo não discutimos o desenvolvimento e consolidação da psicologia social na América Latina e no Brasil, pois necessitaríamos um capítulo completo para tal empreitada. No entanto, deixamos a seguir algumas sugestões de leitura que dão um panorama geral sobre esse tema.

## GLOSSÁRIO

**Axioma:** é uma sentença ou proposição que não é provada ou demonstrada e é considerada como óbvia ou como um consenso inicial necessário para a construção ou aceitação de uma teoria.

**Dialética:** A dialética idealista **hegeliana** é um método de pensar o real e a dialética **marxista** é um método de pensar e transformar o real. Essa distinção deve-se ao fato que porque Hegel, grosso modo, era idealista, vendo a Razão como determinante da realidade objetiva, enquanto Marx era materialista e pensava justamente o contrário: que era o mundo material que condicionava a ideia que fazíamos dele.

**Empirismo:** teoria do conhecimento que defende que o conhecimento sobre o mundo vem apenas da experiência sensorial. O **método indutivo**, por ela utilizado, afirma que a ciência como conhecimento só pode ser derivada a partir dos dados da experiência.

**Idealismo:** o grupo de filosofias metafísicas que afirmam que a realidade, ou a realidade como os humanos podem conhecê-la, é fundamentalmente mental, mentalmente construída ou imaterial.

**Liberalismo:** conjunto de teorias políticas, surgidas no século XVII, que defendiam uma luta estrutural e política contra as monarquias absolutistas. Como teoria econômica, surgiu no século XVIII dando uma estrutura conceitual ao novo movimento econômico originado da alta industrialização iniciada no próprio século XVIII e consolidada no século XX.

**Materialismo Dialético:** concepção filosófica e método científico que defende que o ambiente, o organismo e os fenômenos físicos tanto modelam animais irracionais e racionais, sua sociedade e cultura quanto são modelados por eles, ou seja, que a matéria está em uma relação dialética com o psicológico e o social.

**Metafísica:** é a base da Filosofia e também o ramo responsável pelo estudo da existência do ser e tem por objeto de estudo vários problemas filosóficos sobre a realidade. Já a **epistemologia** tem por objeto de estudo vários problemas filosóficos sobre o conhecimento da realidade ou a tentativa de conhecê-la.

**Modernidade:** conjunto de processos sociais e históricos que ocorreram na Europa a partir do século XV, no início do Renascimento, que marca o fim da Idade Média. Junto com as mudanças de pensamento, que priorizam a racionalidade, o individualismo e o pensamento científico, há mudanças políticas que modificam profundamente as instituições políticas dos Estados, bem como a delimitação de novas fronteiras políticas e econômicas.

**Positivismo:** corrente filosófica que surgiu na França, entre os séculos XIX e XX e que defendia que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento válido.

### **Material suplementar**

Sobre a psicologia social no Brasil: sugerimos o Volume 18, número 1 da Revista “Estudos de Psicologia” (Natal), publicado em 2013 que traz os trabalhos apresentados no II Simpósio Internacional de Psicologia Social, realizado na Universidade de Brasília pela Associação para o Desenvolvimento da Psicologia Social (ADEPS).

**Filme:** *O nome da Rosa*

**Ano:** 1986

**Diretor:** Jean-Jacques Annaud

**Duração:** 130 min

Baseado no romance de Umberto Eco, a história se passa em um mosteiro italiano no século XIV onde estavam ocorrendo vários assassinatos. Os crimes pareciam se originar na biblioteca do convento e daí vem o título “O nome da rosa”, que era uma expressão usada na Idade Média que significava o infinito poder das palavras. Enquanto dois monges tentam desvendar os assassinatos, podemos ver a guerra ideológica travada entre os franciscanos e dominicanos, pois enquanto os primeiros defendiam o uso de evidências e do pensamento lógico para solucionar os crimes, os segundos procuravam o culpado que estaria a serviço do demônio. Assim, estamos diante do embate entre o conhecimento científico e o conhecimento religioso.

**Livro:** *O que é ciência, afinal?*

**Autor:** Alan F. Chalmers

**Ano:** 1993

**Editora:** Brasiliense

O autor utiliza uma linguagem bastante acessível para apresentar os métodos e conceitos que caracterizam o conhecimento científico. O livro traz muitos exemplos históricos e atuais da ciência. Um dos aspectos mais interessantes da obra é o fato que o autor constrói um conjunto de argumentos para combater a “ideologia da ciência” e assim nos instiga a responder o questionamento do título do livro.

**Livro:** *A fabricação da ciência*

**Autor:** Alan F. Chalmers

**Ano:** 2004

**Editora:** Editora da Unesp

O autor inicia a obra criticando a visão positivista de que a ciência pode ser caracterizada através de métodos e padrões de pesquisa universais e imutáveis. A partir daí ele mostra que os métodos e padrões utilizados na construção e avaliação científicas são histórica e politicamente dependentes e com tais, podem ser revisados. No entanto, ele também insiste que essa posição não implica necessariamente na adoção de relativismos cognitivos e irracionais. Ele defende que as mudanças dos métodos científicos devem ser justificadas racionalmente e baseadas em argumentos lógicos.